



Anais da Assembléia

N.º 36

CURITIBA, QUARTA-FEIRA EM 08 DE MAIO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 30.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 1985.
(QUARTA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados: Anibal Khury e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pêricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO- procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM 92/85

Curitiba, 23 de abril de 1985
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação de quatro cargos de provimento em comissão, de Assessor, símbolo DAS-5, na estrutura da Secretaria de Estado do

Planejamento.

Na inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 0759/85, datado de 08.04.85, que me foi encaminhado pelo Senhor Secretário de Estado do Planejamento, estão contidos detalhes esclarecimentos quanto aos aspectos da necessidade e oportunidade da medida consubstanciada no anteprojeto de lei ora submetido a exame dessa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Ficam criados, na estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento, quatro (04) cargos provimento em comissão com a denominação de Assessor, símbolo DAS-5.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Secretaria de Estado do Planejamento
Ofício n.º 0759/85-GAB/295

Curitiba, 08 de abril de 1985
Senhor Governador:

Vimos, pelo presente, encaminhar à apreciação de Vossa Excelência o ANTEPROJETO DE LEI em anexo, de criação de quatro (04) cargos de provimento em comissão com a denominação de Assessor de Nível de Direção e Assessoramento Superior, símbolo DAS-5.

À guisa de justificativa, argumentamos que a referida proposta se fundamenta na necessidade de dotar com os referidos cargos as Chefias da unidade de Assessoramento Técnico-UAT do Programa de Ação Municipal - PRAM, da Unidade Técnica Administrativa - UTAD do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PRORURAL e os Secretários Executivos do Conselho Superior de Informática e Processamento de Dados - CSIPD e do Conselho Estadual de Ciências e Tecnologia - CONCITEC, tendo em vista o grau de complexibilidade e responsabilidade na atuação dessas unidades, como instrumento desta Pasta.

Em atenção às formas técnicas usuais, estamos a propor o ANTEPROJETO em tela, o qual, além de promover a resposta aos anseios funcionais, possibilitará à Secretaria de Estado do Planejamento dispor desses cargos para oportunamente promover a realocação que se fizer necessária a uni-

dades administrativas diversas, tendo em vista a caracterização do PRAM e PRORURAL como programa e projeto de execução por tempo limitado.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência nossas expressões de elevado apreço e distinta consideração.

(a) OTTO BRACARENSE COSTA

Secretário de Estado do Planejamento

MENSAGEM 95/85

Curitiba, 06 de maio de 1985
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso ante projeto de lei que objetiva estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos pela Administração Direta. Os valores propostos visam assegurar os recursos necessários para fazer face a rolagem dos serviços da Dívida Externa do Estado do Paraná - Administração Direta, vencíveis em 1985, conforme Aviso de Prioridade n.º 249/85, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Decreto-Lei n.º 2.070, de 14 de dezembro de 1983.

Da receita total prevista, no montante de Cr\$ 4.371,4 bilhões incluem-se Cr\$ 822,9 bilhões de recursos provenientes de operações de crédito, indispensáveis para complementar a receita ordinária e o volume de transferências federais, insuficientes para a execução da programação financeira do Tesouro Estadual.

Do total das operações de crédito previstas, Cr\$ 749,7 bilhões serão de origem externa, sendo que Cr\$ 375,6 bilhões referem-se a ingressos de operações já contratadas e Cr\$ 374,1 bilhões deverão ser captados através de contratação de empréstimos em moeda estrangeira, no valor equivalente a US\$ 63,6 milhões e Cr\$ 73,2 bilhões referem-se a operações de crédito internas, destinadas especificamente às áreas de saneamento, segurança e aumento de capital dos Bancos de Desenvolvimento.

Como é de conhecimento dessa Augusta Assembléia, a par da aprovação do anteprojeto em encaminhamento, o Governo do Estado solicitará a necessária autorização do Senado Federal, como condição prévia à efetivação dos empréstimos externos, tendo em vista o contido no inciso IV, do art.42 da Constituição Federal.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 69/85

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimo ou obter financiamentos externos em moeda

estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 63.600.000 (sessenta e três milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte) de forma a complementar os recursos necessários para fazer face a rolagem dos serviços da Dívida Externa do Estado do Paraná - Administração Direta, no exercício de 1985, conforme Aviso de Prioridade n.º 249/85, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Decreto-Lei n.º 2.070, de 14 de dezembro de 1983.

Parágrafo Único - a execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações e com uma ou mais entidades financeiras.

Art.2.º - O Poder Executivo fica autorizado a prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos financeiros externos, previstos no Art.1.º, destinados a entidades da administração direta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesa de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais.

Parágrafo Único - Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art.3.º - O Poder Executivo incluirá no Orçamento Anual, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida que vier a ser contratada na forma desta lei.

Art. 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Assembléia Legislativa.

Ofício n.º 33/85 GLPDS

Curitiba, 07 de maio de 1985.

Senhor Diretor:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para indicar os Deputados do Partido Democrático Social - PDS, que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

Titulares

Dep. Ezequias Losso
Dep. Odeni Mongruel
Dep. Luiz Alberto M. de Oliveira
Dep. Ailton Cordeiro

Suplentes

Dep. Edgard Pimentel
Dep. Antonio Belinatti
Dep. Donato Gulin
Dep. Fuad Nacli

COMISSÃO DE FINANÇAS:

Titulares

Dep. Erondy Silvério
Dep. Luiz Alberto M. de Oliveira
Suplentes
Dep. Antonio Belinatti
Dep. Airton Cordeiro

COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

Titulares

Dep. Erondy Silvério
Dep. Luiz Alberto M. Oliveira
Suplentes
Dep. Ezequias Losso
Dep. Donato Gulin

COMISSÃO DE AGRICULTURA:

Titulares

Dep. Edgard Pimentel
Dep. Wilson Fortes
Suplentes
Dep. Tuguio Setogutte
Dep. Erondy Silvério

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Titulares

Dep. Donato Gulin
Dep. Odeni Mongruel
Suplentes
Dep. Edgard Pimentel
Dep. Fuad Nacli

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

Titulares

Dep. Donato Gulin
Dep. Leônidas Chaves
Suplentes
Dep. Tuguio Setogutte
Dep. Odeni Mongruel

Excelentíssimo Senhor

ELOI MEZZADRI

Digníssimo Diretor Legislativo da
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/EDIFÍCIO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO:

Titulares

Dep. Ezequias Losso
Dep. Odeni Mongruel
Suplentes
Dep. Antonio Belinatti
Dep. Edgard Pimentel

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:

Titulares

Dep. Wilson Fortes
Dep. Antonio Belinatti
Suplentes

Dep. Leônidas Chaves
Dep. Edgard Pimentel

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Titulares

Dep. Antonio Belinatti
Dep. Tuguio Setogutte
Suplentes
Dep. Ezequias Losso
Dep. Leônidas Chaves

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA:

Titulares

Dep. Tuguio Setogutte
Dep. Edgard Pimentel
Suplentes
Dep. Antonio Belinatti
Dep. Fuad Nacli

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Titulares

Dep. Fuad Nacli
Dep. Airton Cordeiro
Suplentes
Dep. Leônidas Chaves
Dep. Odeni Mongruel

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:

Dep. Erondy Silvério
Dep. Luiz Alberto M. de Oliveira
Suplentes
Dep. Tuguio Setogutte
Dep. Odeni Mongruel

COMISSÃO DE TURISMO:

Titulares

Dep. Donato Gulin
Dep. Airton Cordeiro
Suplentes
Dep. Edgard Pimentel
Dep. Fuad Nacli

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS:

Titulares

Dep. Odeni Mongruel
Dep. Antonio Belinatti
Suplentes
Dep. Ezequias Losso
Dep. Edgard Pimentel

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE:

Titulares

Dep. Edgard Pimentel
Dep. Antonio Belinatti
Suplentes
Dep. Odeni Mongruel
Dep. Tuguio Setogutte

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE:

Titulares

Dep. Odeni Mongruel
Dep. Edgard Pimentel
Suplentes
Dep. Fuad Nacli
Dep. Tuguio Setogutte

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR:

Titulares

Dep. Antonio Belinati

Dep. Edgard Pimentel

Suplentes

Dep. Odeni Mongruel

Dep. Airton Cordeiro

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS:

Titulares

Dep. Airton Cordeiro

Dep. Odeni Mongruel

Suplentes

Dep. Antonio Belinati

Dep. Edgard Pimentel.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência as expressões de minha estima e elevada consideração.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Resolução n.º 40/85, que dispõe sobre a dispensa da Redação Final para projetos aprovados em 3.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Adhail Sprenger Passos, que subscreve o presente, REQUER, na forma regimental, a preferência de discussão e votação da Emenda Substitutiva ao Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n.º 168/84.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, dispensa da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 16/85, aprovado em 3.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio: Gilberto Carvalho e Caio Quintana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento definitivo do Projeto de Lei n.º 20/84, que "Estabelece critérios para

o exercício de Chefias dos Distritos Sanitários, órgãos ligados à Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social, conforme específica.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 258/84, de sua autoria, o qual se encontra na Ordem do Dia da sessão de hoje em 1.ª Discussão, com parecer contrário da C.C.J., por unanimidade.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, com base no Art. 129 e no Parágrafo 2.º, do Art. 146, do Regimento Interno, a audiência da Comissão de Finanças sobre as emendas aditivas ao Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, enviadas através da Mensagem Governamental n.º 56/85, ao Projeto de Lei n.º 168/84, que reformulou a estrutura dos Serviços Administrativos do Tribunal de Contas do Estado.

Tal pedido se faz necessário pela importância das emendas apresentadas e se torna difícil o pronunciamento imediato dos Senhores Deputados.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) ROBERTO REQUIÃO

PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Senhor JOÃO DUCK FILHO, ocorrido no último dia 06 nesta Capital.

O acontecimento veio enlutar a sociedade Curitibana e especialmente a Comunidade Menonita e o Colégio Erasto Gaertner do qual o ilustre e dedicado mestre era o diretor.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência do mesmo ao referido estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Doutor JOÃO CONCEIÇÃO E SILVA, pela posse na Delegacia Regional do Trabalho do Paraná.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, ouvido o Plenário, REQUER envio de votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Fernando Ghignone, Secretário da Cultura e Esporte do Paraná.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Pela marcante presença do Paraná no recém realizado Congresso Brasileiro de Escritores, através da participação de representativa delegação organizada pela Secretaria de Cultura e Esporte do Paraná.

É motivo de orgulho para todos os paranaenses saber que a nova política cultural do País delineada durante o evento conta com a contribuição de escritores paranaenses do gabarito de: Adolpho Mariano da Costa, Deloris Pires, Waldyr Jansen de Mello, Domingos Pellegrini, Oscar Silva, Helena Dernaski, Marlene Vidal, João Farias Júnior, Antonio Celso de Godoy, Margarete Rodrigues, Lísie Magda Luchesi e Miriam Nayr.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao engenheiro Gilberto Garbi, pelo êxito do trabalho que vem tendo no exercício da Presidência da Telepar S.A.

Na presidência da importante empresa, o doutor Gilberto Garbi, conseguiu fazer com que a TELEPAR esteja presente em 310 municípios, atendendo quase 1000 localidades. Aliás, este é o terceiro ano consecutivo que a empresa realiza seus investimentos apenas com recursos próprios. Dos 386.000 terminais em operação, cerca de 10% se dedicam a atendimento de cunho eminentemente rural.

O doutor Gilberto Garbi preside a TELEPAR desde março de 1979, época em que o Paraná contava com apenas 47 municípios servidos por DDD, passando, em sua gestão, para 332, incluindo-se DDD e DDI.

Trata-se de um homem público de grande visão humanística, dotado de uma admirável honradez, muito rara nos dias atuais. É admirado pelo carinho com que administra

a TELEPAR, onde é estimado pela quase totalidade dos funcionários, bem como por aqueles que acompanham mais de perto as atividades da importante empresa de telecomunicações.

Requeiro, ainda, que a decisão desta Assembléia seja comunicada ao homenageado e ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, doutor Antonio Carlos Magalhães.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de telex ao Senador José Fragelli, Presidente do Senado Federal, manifestando apoio ao Projeto de Lei n.º 26/85, de autoria do Senador Álvaro Dias.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Convencidos de que o transporte coletivo urbano e suburbano, dadas as características ocupacionais e de renda da maioria dos seus usuários, e as iníquas condições de crescimento das nossas cidades, passam a constituir não só um serviço de uso geral compulsório, mas um encargo vital nos orçamentos domésticos, julgamos ser muito importante a aprovação do Projeto de Lei n.º 26/85, do qual ressaltamos dois de seus artigos.

Art.1.º- Ficam as empresas de transporte coletivo urbano e suburbano, através de suas entidades representativas de compras de insumos, as quais serão concedidas isenções fiscais da seguinte ordem:

a)- dos impostos sobre Produtos Industrializados e de 50% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias para as aquisições de peças e acessórios e pneus destinados aos veículos exclusivamente aplicados a este tipo de transporte e de equipamentos e ferramentas destinadas a sua manutenção.

b)- do Imposto Único Sobre Combustíveis e Lubrificantes e demais taxas e contribuições incidentes sobre o preço básico de combustível e lubrificantes adquiridos para o abastecimento, em postos privativos, dos veículos exclusivamente destinados a este tipo de transporte.

Art.2.º- A partir da efetiva concessão destas isenções e facilidades, a fixação de tarifas e de seus reajustes obedecerão a critérios que permitem repassar estes benefícios aos usuários do transporte coletivo e suburbano.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após deliberação Plenária, o envio de expediente ao Senhor Amilton Lânsia, Engenheiro- Chefe do Nono Distrito Rodoviário Federal do DNER, solicitando medidas urgentes no sentido da reposição da sinalização da Rodovia BR-277, no trecho que liga as Cidades de Apucarana e Maringá, visto que há mais de dois anos a a manutenção desta estrada não é feita, pelo que se nota "in loco", e o matagal que se acumula às margens da rodovia é assustador, impossibilitando aos usuários a visualização perfeita de sua extensão.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Richa, Governador do Estado do Paraná e Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli da Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, reiterando requerimento anterior, solicitando estudos no sentido de se instalar os cursos de Odontologia e Medicina, na Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Maringá é um centro universitário que engloba uma vasta região e que acolhe os estudantes que para ali se deslocam com o intuito de concluir o curso superior.

Contudo, há um reclamo generalizado, pela falta opcional do curso desejado e impossibilidade de transferência para um Centro maior. Dito isso, urge a necessidade da criação dos cursos de Odontologia e Medicina, os mais procurados, segundo pesquisa, na FUEM para conter a grande evasão dos estudantes para a Capital deste Estado. A clientela estudantil da região e, em grande número da grande Maringá, ao pretender fazer os cursos, ora solicitados, desloca-se na sua grande maioria à esta Capital, consignando uma verdadeira enchente de vestibulandos que passam grandes privações.

Esta é uma antiga reivindicação de famílias de estudantes e de toda a classe política de Maringá e região.

Tal requerimento, nesse sentido, fizemos em data de 21 de maio de 1984, que ora estamos reiterando.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente aos Ministros da Agricultura, Pedro Simon e da SEPLAN, João Sayad, solicitando a realização de urgentes estudos visando o fim do subsídio ao trigo, bem como alteração da lei que regula o funcionamento dos moinhos coloniais, permitindo sua reativação.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Não há como negar que o Governo da Nova República já começa a imprimir um ritmo novo na administração deste País, onde a democratização das decisões é marca fundamental, nos diversos setores da vida brasileira, com especial destaque para as áreas econômicas e política, o Governo de José Sarney, baseado nos postulados deixados por Tancredo Neves.

Mas, há muita coisa ainda a se fazer, para que o Governo que se implantou neste País a 15 de março passado, venha efetivamente de encontro às aspirações populares.

Especialmente no setor em que militamos, a agropecuária, há muitas expectativas a serem atendidas, especialmente no que diz respeito à polêmica questão do trigo e do seu subsídio. Aliás, nesse campo, cabe aqui uma crítica: ao anunciar, há poucos dias, o repasse de 310 milhões de dólares às indústrias moageiras de trigo que operam no Brasil, a maior parte ligada a multinacionais, o Banco do Brasil se colocou em contraposição à política de austeridade e saneamento financeiro pretendida pela Nova República.

Isso porque, agora se faz necessário estudar com o máximo carinho a eliminação do subsídio ao preço do trigo, especialmente em relação aos financiamentos às empresas do setor. A alegação de que essa medida realimentaria a inflação é questionável. O correto é que, para os produtores, que nada ganham com a manutenção deste subsídio, já que nem podem moer o trigo e para os consumidores, que acabam pagando em inflação o que economizam no pão, esta medida não traz nenhuma vantagem.

Ocorre que os subsídios acabam somente beneficiando as multinacionais, já que este cereal é importado em quase sua totalidade. Enquanto o País produz menos da metade das cinco milhões de toneladas absorvida anualmente, os gastos relacionados às importações devem ultrapassar um bilhão de dólares este ano,

segundo dados da Superintendência Nacional de Abastecimento. Na verdade, ao contrário do que possa parecer, o subsídio ao trigo não favorece a faixa de população de mais baixa renda, privilegiando principalmente a elite, pois pesquisas oficiais mostram que a maior parte do trigo é absorvido por famílias com ganhos mensais superiores a 10 salários mínimos.

E mais: mantendo o subsídio o Governo da Nova República continuará a prestigiar o cartel da industrialização do trigo, já que hoje cerca de 30% do mercado industrial permanece sob o controle absoluto de um único grupo estrangeiro, o "Bunge Y Born".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estudos realizados pelo empresário maringense Oswaldo Chiuchetta, diretor da Associação das Indústrias Moageiras de Milho do Paraná, que são em número de 27 e respondem pela produção de 70% do fubá consumido neste País, mostram que a eliminação do subsídio, da parte bancada pelo Governo, possibilitaria a liberação de 1,2 bilhão de dólares para outros setores da agricultura, provocando ainda uma redução da pressão sobre o balanço de pagamentos no País por se tornar inevitável, a partir daí, a queda no consumo. Estes recursos poderiam ser utilizados no subsídio a alimentos básicos à população, produzidos em solo brasileiro, que poderão ser inclusive inseridos num dos programas do Plano de Emergência da Nova República.

A retirada do subsídio ao trigo terá ainda dois benefícios imediatos, a saber: 1.) redução da dependência externa deste cereal e 2.) abertura do caminho para maior participação do empresariado nacional e a livre concorrência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Outro ponto importante a se considerar é que, ao nosso modo de ver, tem de ser estudado pelo Ministério da Agricultura como medida decorrente do fim do subsídio ao trigo seria o retorno dos moinhos coloniais, que superam o número de 200 no Paraná, com a permissão da compra do cereal por parte destes em leilões.

O renascimento dos moinhos coloniais poderá, vir a ser uma saída criativa apresentada pela agricultura nacional para a crise econômica. Unidades econômicas familiares auto-suficientes, estabelecidas por colonos de origem européia na região sul, os moinhos coloniais se reativados contribuíram para evitar o êxodo rural, melhorariam a qualidade de vida das populações do interior e estimulariam o produtor a plantar mais do que o seu próprio consumo.

Desejo lembrar que foi em 1976, que

um movimento de líderes agrícolas e políticos impediram a extinção destes moinhos por parte de grandes grupos moageiros, principalmente multinacionais. Essa luta possibilitou a aprovação da lei 6.387, que permitiu o funcionamento dos moinhos, embora restringisse o resultado da moagem ao consumo da própria família do agricultor. Mais tarde, vários Deputados, inclusive o atual Conselheiro do Tribunal de Contas, Olivir Gabardo, apresentaram projetos que alteram a legislação.

Eles visam, basicamente, dar ao moageiro colonial a possibilidade de beneficiar o trigo de terceiros e não somente o que produziu, além de estender o beneficiamento a outros cereais que não o trigo, como o arroz e o milho, além de eliminar o sistema de quotas máximas diárias de duas toneladas permitidas a este tipo de moinho, pela lei 6.387.

Infelizmente, até hoje estes projetos não foram aprovados, como não o foi o de iniciativa do Deputado Odilon Salmória, que prevê o fim do monopólio estatal do trigo e ao subsídio ao cereal, voltado à iniciativa privada o direito de produzir, comercializar e até mesmo importar o trigo quando isto for necessário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como os nobres Pares puderam observar, no decorrer deste modesto pronunciamento, o subsídio ao trigo e o impedimento criado para o funcionamento dos moinhos coloniais são dois fatos que não se coadunam com a atuação do Governo da Nova República, que prevê a participação de todos os setores da vida nacional nas decisões.

Neste sentido, estamos submetendo a este Plenário, um requerimento dirigido aos Ministros da SEPLAN e da Agricultura, solicitando a realização de estudos imediatos visando a modificação dessas duas situações, para o qual peço - e tenho a certeza, serei atendido - o apoio de todos os nobres Pares.

Muito obrigado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando a pavimentação da PR-466, na altura de três placas, logo após o Rio Ivaí, ligando ao Município de Guaporema, e posteriormente, à Cidade Gaucha.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação baseia-se no fato de que, nesta região, está situada grande parte da produção de cana de açúcar que é utilizada pela usina de Cidade Gaucha, e que é escoada através desta estrada, que sendo muito utilizada e castigada pelo uso contínuo de veículos pesados e na época das chuvas, o escoamento da referida safra, torna-se quase impossível, em virtude do estado precário em que fica a estrada, além de que, muitos caminhões chegam a encalhar e fechar a estrada ao tráfego, pois não passa nada, nem carro de passeio.

Quando ocorre este fato, todos os veículos ficam obrigados a contornar este trecho, sendo obrigados a usarem a outra estrada, o que aumenta em muito o trajeto. Isto ocorrendo, ocasiona grandes prejuízos, tais como, gasto excessivo de combustível, quebra elevada dos caminhões, pneus estourados e perdidos, e demora na entrega do produto.

Além do mais, esta estrada irá beneficiar, também, toda a comunidade do Distrito de Santa Luzia, além das cidades de Rondon, Guaporema e Cidade Gaucha.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expedientes aos Ilustríssimos Senhores Presidente do Banco Central do Brasil, Banco do Estado do Paraná, DOUTOR JOSÉ RICHIA, Governador do Estado, e ao Vice-Governador JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, Secretário de Estado das Finanças, solicitando a implantação e instalação de uma Agência do Banco do Estado do Paraná-BANESTADO S/A, na cidade de Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Altamira do Paraná, criado pela Lei Estadual n.º 7.571/82, de 27 de abril de 1982, estando portanto em sua primeira gestão administrativa, vive hoje a administração municipal sérios problemas pela falta de uma Casa de Crédito oficial, tendo que se deslocar para os municípios vizinhos, principalmente quando são creditados valores referentes a subvenções recebidas através dos órgãos oficiais do Governo do Estado, e que normalmente são através do BANESTADO S/A. Não só a administração municipal sofre este problema, mas também a população local, que é formada na sua maioria por agricultores, e que também são forçados a se deslocarem para outras localidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado Ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor José Richa, de que o processo de escolha para Reitor da Universidade Federal do Paraná, seja efetuado através de eleições diretas, através do voto livre, secreto e pessoal, com a participação especial e necessária da totalidade do corpo docente, discente e funcionários dessa Universidade.

Com tal iniciativa, estaríamos expulsando os privilégios e dando por conseguinte a importância real a participação efetiva da comunidade universitária. A eleição democrática, por via direta, resultante de programa exposto, discutido e aprovado, garantirá compromissos entre a Reitoria e a comunidade universitária.

Entendemos que, neste momento político em que se exige o resgate da Democracia - negada à Nação nas últimas duas décadas - é inconcebível que na esfera universitária - justamente o setor que possui ou deveria possuir um significativo esclarecimento da população - seja mantida a arbitrária atitude de se nomear verticalmente, sem a indispensável consulta e imprescindível participação das partes diretamente envolvidas, aqueles que irão comandar e ditar os rumos do ensino nas Universidades.

O Paraná por sua tradição cultural, inclusive enfatizada pelo fato de ter sido o primeiro Estado da Federação a ter uma Universidade Federal, pela preocupação histórica com a importância e qualidade do ensino de 3.º grau, pela importância que tem dado, nesse aspecto, a outros Estados, através de seus mestres, exige a democratização da Universidade. Ao promover as eleições diretas para Reitor, ao incentivar a prática da discussão de programas pelo diálogo entre alunos, professores e funcionários, ao buscar a unidade entre o corpo administrativo e o corpo pedagógico, nosso Estado coerente com sua história democrática e, acima de tudo, estará correspondendo aos anseios e reivindicações não apenas de sua gente, mas inclusive reafirmando sobremaneira os designos da Nova República.

Uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação - Doutor MARCO MACIEL, ao Excelentíssimo Líder no Congresso Nacional pelo PMDB - Deputado FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, ao Excelentíssimo Líder no Senado Federal - Senador HUMBERTO LUCENA, ao Excelentíssimo Líder na Câmara dos Deputados pelo PMDB -

Deputado PIMENTA DA VEIGA, ao DD. Reitor da Universidade Federal do Paraná - Professor ALCY JOAQUIM RAMALHO, ao DD. Presidente da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - Professora MARIA JOSÉ JUSTINO, ao DD. Presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná - Senhor ROBERTO KUGLER, ao DD. Presidente do Diretório Central dos Estudantes - SEBASTIÃO FERNANDO MAGALHÃES, e ao DD. Presidente da União Paranaense dos Estudantes - ARI DECKER.

Sala das Sessões, em 08/05/85.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ofício ao Presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando agilização do estudo de três pedidos de autorização para exploração de Agência Lotérica em Santa Helena - PR que há longos anos tramitam nessa Instituição, promovendo a urgente liberação para funcionamento de qualquer um deles. Outrossim, requer o encaminhamento do teor deste à Câmara Municipal e à Associação Comercial e Industrial de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 08/05/85.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Apesar de todo o surto econômico-populacional que acabou por favorecer o desenvolvimento de Santa Helena, em alguns aspectos, a cidade ainda tem sido relegada a segundo plano. Dessa forma, sem nos atermos à análise desses casos todos e limitando-nos ao objeto deste requerimento, é importante salientar a preocupação com a evasão dos recursos da população municipal, favorecendo municípios vizinhos, onde os bilhetes lotéricos são adquiridos para revenda em Santa Helena, fato que reverte em lucros àqueles, em detrimento desta cidade.

Há alguns anos, ao longo do último período de desenvolvimento econômico municipal e que se tornou importante na medida em que passou a se solidificar e sediar com maior ênfase a característica progressista da cidade, em função basicamente da exploração turística, foram encaminhados à Caixa Econômica Federal três pedidos distintos de interessados na abertura de Lojas Lotéricas, dos quais, já passado muito tempo, não se tem a menor informação.

Nesse momento, passa a ser de suma importância a agilização dos mecanismos usuais que formam o complexo da atividade

econômica no município, dele fazendo parte a exploração do jogo legalizado, no caso a Loteria Federal, através de um simples ato autorizador que, por um lado, ajudará a evitar transtornos na comercialização dos bilhetes lotéricos, e por outro beneficiará a comunidade local.

Todos os indicadores levam a que se autorize o funcionamento de Casa Lotérica no município, particularmente considerando-se o fato de lá existir agência da Caixa Econômica Federal, além de todos os principais Bancos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Aureliano Chaves, Ministro das Minas e Energia, solicitando a imediata revogação da Resolução n.º 9/84.

Sala das Sessões, em 08/05/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A população de Curitiba-PR, está estarrecida diante das medidas tomadas pelo Ministério das Minas e Energia através da Resolução n.º 9/84 que adotou uma nova sistemática de distribuição de gás liquefeito, sistema que só permite a venda do produto através de revendedores autorizados por este órgão e proíbe em mercearias e postos de gasolina, sendo que o número de postos autorizados são insuficientes para satisfazer tal população, principalmente das áreas periféricas.

A imediata revogação de tal medida e a substituição do atual Delegado Regional da região sul do Ministério das Minas e Energia, sendo que o mesmo não está desempenhando suas funções de acordo com os princípios da Nova República, exercendo autoritariamente e não levando em consideração o bem-estar da comunidade e que todas as decisões que dizem respeito a população sejam amplamente discutidas antes de serem liberadas, são os anseios da população de Curitiba e por que não dizer do Paraná, num espírito de democracia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, solicitando a transferência do convênio do Hospital Santa Izabel do Município de Jaguapitã-PR, para o hospital Municipal Santa Branca do Município de Florestópolis-PR.

Sala das Sessões, em 08/05/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a desativação do Hospital Santa Izabel de Município de Jaguapitã-PR, solicitamos urgentes providências no sentido de que o convênio que este hospital mantém com o INAMPS, seja transferido para o Hospital Municipal Santa Branca do Município de Florestópolis-PR, uma vez que ambos funcionam com a mesma razão social.

Considerando ainda as dificuldades de atendimento que o Hospital Santa Branca vem tendo para atender uma população bastante carente, com cerca de 14.300 habitantes e que esta transferência ser um desejo da comunidade daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, Professora Ana Maria Muratori, solicitando providências quanto à necessidade imediata de construção de quatro (04) salas de aula, ampliando as instalações da Escola Estadual "31 de Março", situado no bairro de Uvaranas, na cidade de Ponta Grossa, para atender a demanda de matrículas, resultantes da implantação, naquele estabelecimento, das 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a séries do ensino de 1.º grau.

Saliente-se que a referida escola, possuindo apenas 12 salas de aula, destinadas originariamente a abrigar as quatro primeiras séries do 1.º grau, hoje, por força das novas séries implantadas e em implantação, vem atendendo uma crescente demanda de alunos, provindos não só do Conjunto Residencial "31 de Março", onde está situada, mas de residentes no Núcleo Rio Verde e Jardim Conceição, além de outras comunidades próximas, excedendo as condições físicas para a qual foi criada, com perspectivas de agravamento dessa situação, face a expectativa de matrículas para o próximo ano letivo.

Ademais, os recursos que a escola poderia contar para atender tais necessidades estão praticamente esgotados, pois o funcionamento da 7.^a série, previsto para funcionar a partir do próximo ano, conforme autorização competente que objetiva implantar gradativamente o curso completo de 1.º grau, virá, definitivamente, saturar a capacidade física instalada, aumentando a intensidade do problema exposto, o que já é fato preocupante de parte da direção da escola e de pais de alunos daquela comunidade. Assim sendo, e para que tal situação

não venha tomar dimensões maiores, é que formula a presente proposição.

Sala das Sessões, em 08/05/85.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

"Querem afogar o Paraná". Com esse título - emprestado da palestra do atual Líder do Governo nesta Casa, Deputado Caíto Quintana, a Assembléia Legislativa do Paraná imprimiu um panfleto logo após realizar, no final do ano passado, o que denominou de Seminário Paranaense de Hidrelétricas.

Algumas verdades chocantes ficaram ali ditas, inclusive pelo Governador José Richa, demonstrando que o Paraná é hoje produtor de energia elétrica da qual não necessita, em prejuízo do seu território, empobrecimento do povo, êxodo rural e queda da produção agrícola.

Textualmente, afirma em determinado trecho o Nobre Deputado Caíto Quintana que "é impossível à minha vocação de Parlamentar permanecer em silêncio diante das injustiças cometidas contra a dignidade humana e o direito dos paranaenses por meio da construção de hidrelétricas".

Pois bem, Senhores. No mesmo Seminário, disse o Governador José Richa já haver comunicado ao Governo Federal que o Paraná não se utilizará da energia elétrica gerada por Itaipu e não pagará a cota de quatro por cento a que seria obrigado pelo exercício desse direito.

Também textualmente, disse o Governador José Richa "não ser possível que o Paraná produza 30% da energia do País e que 60% dessa produção saia do Estado, ficando para nós somente o ônus da produção".

Na sua palestra, o presidente da COPEL, engenheiro Ary Queiroz, ainda textualmente, informou que considera a Usina de Salto Segredo "uma obra necessária mas não urgente, cujo ritmo de construção será determinada pela demanda de energia elétrica em nosso Estado."

Nas conclusões finais do mesmo Seminário Paranaense de Hidrelétricas ficou documentalmente assentado que, abre aspas, "A construção de uma Usina, pelas suas implicações, deve ser fruto de decisão dos poderes Executivo e Legislativo, através de uma Emenda da Constitucional" fecha aspas.

Tudo isso dito e documentado, Senhores, o Governo do Estado fez publicar editais de pré-qualificação para a concorrência às obras de construção da barragem da Usina de Salto Segredo no Rio Iguaçu.

Diz a imprensa que a obra consumirá

250 milhões de dólares e comportará o mais vultuoso investimento do Governo José Richa.

Se querem afogar o Paraná, fica óbvio que a administração do Estado pretende dar sua importante contribuição. Tudo que ficou dito está contraditado pela disposição de tocar mais essa usina, que será paga pelo já sofrido povo paranaense. Será cada cidadão Paranaense, através de suas contas de luz, que pagará em dólares pela dívida que a natureza proporcionou a este Estado, dotando-o de rios caudalosos.

Será cada um dos paranaenses que pagará em dólares por uma energia que não precisa, ao mesmo tempo que empobrece, na medida que toda a economia sofre as consequências da queda de produção agrícola. Para que a obra desnecessária, segundo as palavras do próprio Governador, para quem exportamos 60% da energia aqui gerada a ponto de recusarmos o provisionamento de Itaipu - para que essa obra desnecessária seja concretizada, serão desalojados mais agricultores, serão alagadas férteis terras do Vale do Iguaçu.

A construção de usinas, qualificada de espoliativa e desnecessária quando iniciativa do Governo Federal, passa a ser importante quando é o Estado a gerir dinheiro, a gerir dólares destinados a empobrecer o povo.

Onde a coerência? Onde o patriotismo invocado pela Nova República, quando afirma que a prioridade de todos os investimentos públicos está em projetos sociais que contemplam a saúde, a educação, a alimentação e o emprego dos brasileiros? Respondam-me, Senhores Deputados do PMDB.

O povo não almoça luz elétrica, não liga o corpo na tomada para ganhar saúde, não se educa por emanções energéticas. Mas vai ter de pagar por energia da qual não necessita - tanto que o Paraná abriu mão da energia de Itaipu - e pagar em dólares, contraindo para o Estado mais dívidas internacionais, quando este Governo do PMDB dizia, ao instalar-se, que a dívida externa já assumia montante insuportável.

Vejam os Senhores Deputados que o presidente da COPEL, engenheiro Ary Queiroz, ele próprio afirmava que Salto Segredo "não é obra urgente"!

Na justificativa por este interesse incoerente de tocar a obra, afirma o Governo que a usina é importante para resguardar as condições econômicas da COPEL e que o custo da energia gerada será inferior ao de Itaipu.

Senhores, temos então um conflito de interesses notável. O da COPEL contra o povo. Interessa mais ao Governo do Paraná garantir a estabilidade de uma empresa

estatal que buscar o resguardo dos interesses da coletividade como um todo.

O Paraná está sendo inundado, mas ainda não é uma ilha. Se os recursos hídricos oferecem fartura de energia, não há porque construir mais usinas. Isto ainda é Brasil. Não importa ao paranaense se a luz de sua casa vem de Itaipu, ou se é vendida pela SUDESUL ou pela COPEL. Interessa sim que esta geração de brasileiros não pode mais pagar por investimentos extemporâneos. Não pode investir em energia elétrica, quando falta-lhe energia movida a feijão com arroz.

Mas o Governo, todo poderoso, o mesmo que acusa um "superávit" energético, precisa ou quer manipular dólares, através de empréstimos externos, tão criticados e tão combatidos quando o PMDB - era oposição. Eu pergunto: o que mudou? O comportamento do PMDB ou os dólares deixaram de ser malditos?

Colocados estes fatos, Senhor Presidente, o Deputado que adiante subscreve, confiando ainda na obrigação que o Governador do Estado prometeu cumprir, de oferecer conta de seus atos a esta Assembléia Legislativa e à opinião pública do Paraná, REQUER, a formulação do seguinte pedido de informações:

- 1 - Qual o montante da dívida externa do Paraná quando assumiu a atual administração considerando-se verbas já recebidas de contratos de empréstimos internacionais, quer pela administração direta, quer por empresas públicas?
- 2 - Qual o montante da dívida externa atual contratada e quanto foi recebido pela administração direta ou empresas públicas, durante o período da atual gestão?
- 3 - Qual o custo final da implantação da Usina Salto Segredo, que área será alagada e quantos serão os proprietários desalojados?
- 4 - Por que motivo o edital de pre-qualificação determinou para a empresa líder do consórcio um porte tal que somente seis organizações brasileiras, e apenas uma do Paraná, possam desenvolver a obra?

Para aprovação do presente pedido de informações, que interessa fundamentalmente a esta Assembléia, inclusive ao nobre Líder do Governo cuja consciência parlamentar não permite calar quando "querem afogar o Paraná", esperamos inteiro apoio da democracia participativa.

Sala das Sessões, em 08/05/85.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, manifestando apoio à decisão de iniciar estudos visando restabelecer o Fundo Especial de Informática e Automação.

Sala das Sessões, em 08/05/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Conforme informações em matéria publicada pelo jornal "Folha de São Paulo", em 6 de abril, pp., o economista Luciano Coutinho Secretário-Geral do Ministério de Ciência e Tecnologia disse que o Governo está estudando uma forma de restabelecer o Fundo Especial de Informática e Automação, que foi vetado no Governo João Figueiredo.

O Fundo que deveria financiar atividades de pesquisa e desenvolvimento, era previsto na lei de informática aprovada pelo Congresso nacional em outubro do ano passado e poderia absorver até 0,8% da receita bruta tributária federal, e devido a importância do imediato restabelecimento deste fundo é que solicitamos a agilização dos estudos, pois a área de informática é um dos setores relevantes de nossa economia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, as seguintes informações ao Senhor Governador do Estado:

- 1) Quantos aviões foram comprados pelo atual Governo Estadual e o preço de cada um?
- 2) Qual o País de origem de cada um desses aviões?
- 3) Os negócios de compra foram fechados em que moeda e qual o modalidde de pagamentos?
- 4) O governo do Estado, de acordo com informações anteriores prestadas a este Poder, tinha intenção de alienar aviões de sua propriedade, e foi assim que justificou a compra de um jato Citation. Interessa a esta Assembléia saber:
 - a) Houve a referida venda?
 - b) Em caso positivo, mediante concorrência pública?
 - c) Quem se habilitou para a compra desses aviões e com que propostas concretas? Encaminhar os documentos probatórios.
 - d) Quem avaliou esses aviões e por quais valores? Encaminhar os laudos.
 - e) Quando foram entregues os aviões alienados pelo Governo do Estado e quando foram recebidos os aviões adquiridos?
 - f) Qual o número de horas de cada um dos aviões vendidos e para quantas horas foram

projetados?

g) Se do momento da avaliação dos aviões vendidos até a efetiva entrega aos compradores, houve algum reajuste nos valores.

h) Se os preços dos aviões novos sofreram reajustes em dólares?

i) Quais os compradores dos aviões alienados pelo Estado? Encaminhar cópias autênticas dos recibos de fechamento de negócio.

j) O inteiro teor de todos os contratos de compra e venda da frota de aviação do Governo do Paraná.

5) Afinal, o Governo está empenhado em realmente combater as mordomias?

Sala das Sessões, em 08/05/85.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA: Feita em Plenário.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 67/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - O artigo 3.º da Lei n.º 7.231 de 24 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica proibida a transferência a terceiros da área descrita no artigo 1.º, sob pena de retorno do imóvel ao patrimônio do Estado, podendo, entretanto, o Município de Rio Azul, transferir, em forma de doação, à Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), 900 m² (novecentos metros quadrados) da referida área, onde hoje encontra-se instalado o reservatório de água do município".

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08/05/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A modificação do artigo 3.º da Lei n.º 7.231, de 24 de outubro de 1979, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 664, de 29 de outubro de 1979, deprende-se dos motivos abaixo expostos:

A área de terras com 136.730 m² (cento e trinta e seis mil, setecentos e trinta metros quadrados), no quadro urbano de Rio Azul, era de propriedade do Estado, na qual outrora havia instalações que foram demolidas e removidas, ficando a mesma inativa;

O município, pelo local adequado em que se situa a área, necessitando da mesma para execução de obras públicas, solicitou ao Governo do Estado que efetuassem a doação para o município, pois a área estava ociosa;

Durante o tempo em que a área permaneceu desocupada várias famílias

pobres ocuparam partes da mesma, nela construindo suas residências;

Tramitado na Assembléia Legislativa o Projeto de Doação, foi constituída uma Comissão para verificação "in loco" da situação da área e das famílias que ocupavam partes da área, concluindo pela permanência das famílias nos locais que utilizavam ou em outros a serem designados e proibindo a transferência, pelo município, a terceiros, para que se efetivasse a doação;

Nesse terreno foi edificado um terminal Rodoviário onde a SANEPAR instalou o reservatório de água que abastece a cidade e foram construídas pela Prefeitura, as instalações para um Centro de Tradições Gaúchas, que também servirão para outras atividades recreativas e de lazer;

A SANEPAR insiste em que o município efetue a doação de uma parte da área, com 900 m² (novecentos metros quadrados), onde está instalado o reservatório, para incorporar ao seu patrimônio, e o município está impossibilitado pela prescrição do artigo 3.º da Lei n.º 7.321;

O terreno foi doado pelo Estado ao Município e agora, através deste, parte dele retornará para uma companhia de economia mista, que presta um serviço indispensável à população.

Esperamos que este plano de lei receba o apoio dos nobres Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"No final do mês de abril o nobre Deputado Tuguio Setogutte fez um pronunciamento nesta Casa de Leis criticando a concessão de empréstimos do BRDE, BADEP e BNCC para a construção de uma fiação de algodão da Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste (COOPAGRO), em Toledo.

Na oportunidade, o Deputado embasou suas crítica nos argumentos de que Toledo, por se situar abaixo do paralelo 24, segundo classificação do IAPAR, é uma região não propícia à produção de algodão. A partir desta premissa, o nobre Deputado chegou à conclusão de que a fiação deveria ser construída na região de Umuarama, evitando gastos com o transporte de matéria prima dessa região até Toledo, evitando assim o que chegou a denominar de o "passeio do algodão". Textualmente, o Deputado afirmou que "o algodão sairia da região de Umuarama percorrendo centenas de quilômetros para ser beneficiado em

Toledo". Não sabe o Deputado que Umuarama fica a 130 quilômetros de Toledo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Respeito a posição defendida pelo nobre Deputado Tuguio em seu pronunciamento e acredito que suas intenções foram motivadas por interesses dos mais nobres e honestos.

Mas, não poderia deixar de responder às críticas formuladas em seu pronunciamento, por entendê-las desprovidas de qualquer razão, incorretas, não contribuindo em nada para um desenvolvimento equilibrado de nosso Estado.

Senhores Deputados. O argumento apresentado, de que os Municípios situados abaixo do paralelo 24 não são propícios para o plantio de algodão, é simplesmente ridículo, pois todos sabemos que o IAPAR adotou esta linha apenas como uma referência, não podendo portanto ser encarada como um dogma, como uma verdade absoluta, como se todas as terras acima do paralelo 24 fossem propícias ao plantio de algodão e todas abaixo não fossem propícias para o plantio desta cultura.

Basta ver a realidade de Toledo que, situado a aproximadamente 80 quilômetros em linha reta do paralelo 24, é um dos municípios que mais produz algodão em nosso Estado. Toledo apesar de estar um pouco abaixo do citado paralelo, possui uma das terras mais férteis do Estado para o plantio de algodão. E o clima é também altamente favorável para o desenvolvimento desta cultura. Por sinal, vejam que ironia, Senhores Deputados, o clima de Toledo é praticamente o mesmo de Umuarama na época do plantio, desenvolvimento e colheita do algodão.

Poderíamos até afirmar que, mesmo abaixo do paralelo 24, Toledo apresenta melhores condições para o desenvolvimento da cultura de algodão que Umuarama, dadas as características de solo e clima. Toledo apresenta uma produtividade no algodão igual ou superior às melhores médias do Estado. Suas terras roxas propiciam ótima produtividade e maior rentabilidade do que o algodão plantado em Umuarama, mesmo estando este progressista município acima do paralelo 24. Segundo dados da Secretaria da Agricultura, a região de Toledo apresenta uma produtividade média no algodão de 1848 Kg/ha, enquanto Umuarama apresenta 1826 Kg/ha.

Mais uma prova destes fatos é que, mesmo após a citada classificação do IAPAR, o que ocorreu há cerca de três anos, os bancos não interromperam os financiamentos oficiais para o plantio de algodão em nossa região.

Portanto, Senhores Deputados, as condições para a instalação da fiação em Toledo são excelentes.

A produção total de algodão na

micro-região de Toledo ultrapassou nos últimos anos a quantia de um milhão de arrobas. Somente a COOPAGRO em Toledo recebeu nesta última safra quase setecentas mil arrobas. Se considerarmos que a indústria necessitará de quatrocentos mil arrobas quando estiver funcionando a todo o vapor é fácil entender que só a produção recebida pela COOPAGRO já é mais do que suficiente para movimentar a fiação que está sendo construída.

Lamentavelmente o nobre Deputado Tuguio omitiu, ou não teve acesso a esses dados, quando fez o pronunciamento nesta Casa, o que o levou a conclusões precipitadas e incorretas. Afinal, a produção de algodão de Toledo daria para alimentar não apenas uma, mas 2,5 fiações do porte da que está sendo construída.

Quanto à crítica ao passeio de produtos agrícola somos obrigados a concordar com a preocupação do Deputado. Muitas vezes, já estivemos lado a lado criticando o passeio do trigo, do milho e de outros produtos, e é justamente esta posição de coerência que nos deixa à vontade para defender a fiação em Toledo, pois a construção da indústria irá justamente evitar o passeio do algodão que se verifica atualmente, sendo o algodão produzido em Toledo e região obrigado a ser beneficiado em outros centros."

Era o que tínhamos a dizer.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Odeni Mongrue, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ao ensejo das comemorações do dia da vitória, na passagem dos 40 anos do término da II Guerra Mundial, vale refletir sobre a importância da paz, da liberdade e da democracia entre os povos.

A participação da F.E.B., na luta pela defesa desses princípios, mostra muito da índole e da formação do povo brasileiro em favor do respeito aos direitos individuais e políticos do homem, face à opção pelo seu destino.

Aí está, pois, a razão principal de tamanho sacrifício de nossos soldados, nos campos de batalha, como integrantes das Forças Aliadas contra o Nazismo defendido pelas Forças do Eixo.

A crença nos valores pelos quais lutaram, a coragem e a bravura de nossos pracinhas, possibilitaram à própria superação das desigualdades que pendiam em favor do adversário, quanto ao armamento, treinamento e rigor do inverno europeu.

A Nação deve cultuar os seus heróis, aqueles que o próprio registro histórico encarregou-se de conferir-lhes a

verdadeira dimensão de despreendimento e amor à Pátria.

Os regimes totalitários que sufocam e inibem a livre manifestação do espírito e da personalidade não se coadunam com a vocação do homem brasileiro.

Proscreeve, portanto o regime totalitário, que é antes de tudo, aliança de um autocrata com os ressentimentos de seu povo.

Assim, a participação do Brasil nessa epopéia foi a efetiva afirmação da comunidade nacional, que assumiu sua verdadeira e autêntica identidade.

Vale lembrar, declaração de Winston Churchill a propósito dos cinco anos de guerra: "Vencido o Nazismo, não dava ele por completa a tarefa dos Aliados, se no lugar dos invasores alemães surgissem regimes totalitários e policiais. Ocorrendo isso, não haveria segurança ou paz no mundo."

Porém, as guerras de agressão continuam e não foram proscritas.

Os crimes contra a Humanidade repetem-se.

Para que não tenha sido em vão, os sacrifícios dos integrantes da F.E.B., é preciso que hoje defendamos de forma intransigente os princípios da paz, da liberdade e da democracia, pelos quais centenas de brasileiros não retornaram do Teatro de Operações da Itália.

Somente assim, estaremos honrando e dignificando os propósitos e o feito notável daqueles soldados, cujo mérito e reconhecimento da Nação brasileira, às dificuldades conjunturais e presentes não podem e não devem apagar de nossas memórias."

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi)

Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebemos do Senhor Wilson Kleu de Almeida, diretor do Porto de Antonina um pequeno estudo, uma pequena análise das condições de abono em que se encontra aquele porto. E, nos sentimos na obrigação de lermos esse estudo, para que essa Casa tome conhecimento.

Antonina, nos anos de 1927 a 1930: tinha o seu porto considerado o quarto porto do Brasil. E, até 1935, a cidade de maior movimento portuário do litoral Sul, através de 14 trapiches ou 1.000 m de faixa acostável. Exportava: erva mate e madeira. Importava: trigo, sal e açúcar. A segunda guerra mundial quase paralisou essas atividades acabando por deslocar o centro portuário paranaense.

E é no sentido de uma coordenação de esforços das Firms Capelistas e criação

de oportunidade para instalação de novos embarques, que em 1964, o Governo do Estado desapropriou parte das instalações da Agência Withers e Cia., enquanto o Ministério de Viação e obras da Agência Withers e Cia., enquanto o Ministério de Viação e Obras Públicas oficializava o Porto de Antonina.

Os bons resultados dessa união da iniciativa privada e estatal logo se fazem evidentes: intensifica-se a movimentação dos navios. Recordes de cargas e descargas vão sendo superadas, melhora-se a aparelhagem, constrói-se, draga-se o canal e a ampliação do porto passa a ser exigida.

Nos anos de 1964 a 1970 exportamos: café, milho a granel, madeira, batata, erva-mate, soja, péletes de soja e mamona, arroz, enfim carga geral. Importamos: cimento, adubo, enxofre, sal, trigo.

Agosto de 1979, nova esperança surge para nosso porto, com a demanda e a crise petrolífera, surge alternativa para que as indústrias cimenteiras e de óleo vegetal passassem a consumir Carvão Mineral, que foi quando houve interesse global da CAEEB - Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, a Rede Ferroviária Federal S/A, e o Governo do Estado, fazendo do porto capelista um "terminal carborífero", no entanto, as condições para tal, atualmente são precárias, proporcionando déficit ao erário público.

É necessário que o Governo do Estado do Paraná, que o Diretor do Porto de Paranaguá dê uma atenção maior, ao Porto de Antonina. Existem soluções que são viáveis.

É necessário que olhemos com mais carinho, o Porto de Antonina, que outrora muito contribuiu para o progresso do Paraná, é necessário que se faça um investimento, aumentando sua faixa acostável; é necessário que se faça uma drenagem dotando o mesmo Porto, de aparelhagem, para melhor movimentação de carvão e congêneres, para estímulo aos exportadores, importadores, agenciadores, armadores e trabalhadores.

O Porto de Antonina é viável sim. Por que não?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, o Presidente José Sarney fez um grande anúncio à Nação Brasileira, o anúncio de uma novidade que talvez tenha sido novidade, só mesmo para o próprio Presidente José Sarney, quando, Sua Excelência, demonstrando que não tem modéstia alguma, que não tem nenhuma humildade, fez um grande alarido na

imprensa, de que, quem vai decidir o tempo de duração do mandato presidencial, é a Assembléia Nacional Constituinte, mas que ele, Sarney, naturalmente deixando a modéstia de lado - muita modéstia - sugeria que o seu mandato presidencial seja de 4 anos. Onde é que está a novidade?

Tancredo Neves antes de morrer já havia admitido, publicamente para toda a Nação, que, o mandato, seu, mandato dele Tancredo Neves, como Presidente, seria, deveria ser de 4 anos, e o seu sucessor deveria ser eleito em eleição direta; e agora vem o Senhor José Sarney, pretendendo arrancar aplausos da opinião pública, anunciando uma eleição direta em dois turnos, e o seu mandato de 4 anos.

É bom que se reconheça que, José Sarney não está governando o Brasil, em meu nome, José Sarney não é Presidente pela vontade do povo; é Presidente, pela vontade de uma pequena minoria de velhas e tradicionais raposas da política brasileira. José Sarney era, inclusive, um político em decadência, que não conseguiu articular a sua candidatura a Governador do Maranhão, mesmo pelo processo "biônico". Ele foi preterido para ser Governador pela segunda vez, José Sarney teve de usar de uma arma espúria para vincular o seu nome ao de Tancredo Neves, para ser eleito Vice-Presidente, na garupa de Tancredo. Porque, o processo natural e normal de eleição de um Presidente, teriam que, os membros do Colégio Eleitoral, votar em Tancredo Neves, numa cédula, e em uma outra cédula em José Sarney para Vice-Presidente, mas quando sentiram que nem mesmo no espúrio Colégio Eleitoral José Sarney seria eleito para Vice-Presidente, trataram de impôr que, o nome do Vice teria que estar vinculado com o do Presidente da República.

Foi graças a isto que hoje é ele, o substituto de Tancredo Neves, então, é um homem que está governando o Brasil, não em meu nome, não em nome do povo brasileiro, e Sarney foi o mesmo político que derrubou a Emenda das eleições diretas, e que manda, agora, alguns Canais de divulgação espalharem que, quem quer eleição direta, está querendo golpe no Brasil, e levaram o povo à praça pública para defender eleições diretas. É bom que José Sarney saiba e sinta que se ele mandar fazer uma pesquisa de opinião pública, o povo quer as eleições diretas para já, não é para daqui a quatro anos; não é para eleição em dois turnos e talvez Sua Excelência não leia os jornais, porque a grande imprensa mundial já publicou que o atual Presidente do Brasil não tem capacidade e nós, 130 milhões de brasileiros vamos ter que aturar um homem que não foi eleito nem pela vontade do povo, nem pelo Colégio Eleitoral e um homem que conforme os

editoriais da grande imprensa, não tem capacidade para ser Presidente e quer governar esse País por quatro anos.

Senhor Presidente, o nosso desejo é que o Senhor José Sarney use da sua liderança e da sua força do Poder, para devolver ao povo as eleições diretas, se possível, no máximo, até o ano que vem, para que não tenhamos que esperar por mais 4 anos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Notificou-se em determinados periódicos que tanto o prefeito de Ponta Grossa quanto o Secretário da Administração Estadual estariam se locupletando de benesses e mordomias à custa do Erário Público.

Cumpriu à imprensa o dever de divulgar o que lhe é divulgado, digo, informado, só que as informações recebidas, além de infundadas eram mentirosas.

Além de comessinho entendimento é prática e obrigação de qualquer dirigente municipal, promover a conservação das estradas vicinais de seu município, não só pelo acesso facultado aos munícipes como também para, principalmente, facilitar o escoamento da produção agro-pastoril. Só que na área em que é apontada a utilização indevida de máquinas da prefeitura, elas não estão sob a posse direta e exploração do Secretário da Administração. Já um arrendatário que desempenha as suas atividades e que não possui qualquer vinculação com o Secretário José Olímpio de Paula Xavier, seja por terça, meia ou mesmo por parceria.

Outro lado a ser lembrado é que quando o Prefeito de Ponta Grossa determinou a execução das obras de conservação do trecho de estrada em contrução, o Secretário da Administração estava em viagem ao Japão onde compunha a comitiva paranaense, presidida pelo Senhor Vice-Governador do Estado. E a bem da verdade, cumpre-nos ressaltar que o trecho de estrada que tanta celeuma causou e que tanta preocupação trouxe aos arautos defensores do bem público, é um eixo de estrada responsável pelo escoamento de 40 mil sacas de soja, 20 mil sacas de milho, algumas milhares de sacas de feijão e ainda vários comboios de carregamento de gado bovino e portanto, por si só, merecedores das atenções de qualquer administração pública que realmente deseje desempenhar o seu papel e a sua obrigação.

Agora, se o cidadão José Olímpio de Paula Xavier por ser Secretário de Estado não pode ser membro de sua comunidade

municipal, é uma outra questão, que deverá ser analisada de forma mais profunda.

Para finalizar, devemos ter em mente que esta prática de se jogar com a moral dos homens que desempenham funções públicas, é milenar, própria dos vazios, dos desprovidos de capacidade, dos desafortunados de inteligência. Estes vêm, sem qualquer suporte fático, tentar denegrir a imagem dos homens públicos que, como Secretário em questão tem pautado sua atuação dentro do mais lúdico interesse de pasta a que ocupa, trazendo tão somente, o avanço amplamente desejável à coisa pública.

Muito obrigado (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Virou lugar comum no Paraná nos últimos anos, especialmente nos anos anteriores a 1982, a verborragia de muitos políticos, então oposicionistas contra as mordomias oficiais, que do Governo do Estado, que do Governo Federal.

Foi tão grande o palavrório dos oposicionistas de então, que nós imaginávamos que passada a eleição de 82, com a vitória do PMDB, no Paraná, teríamos neste Estado a implantação de um Governo que poderia ser o protótipo da moralidade, da austeridade e da seriedade.

Não tardou muito para que os paranaenses todos e os brasileiros tomassem conhecimento dos primeiros arranhões na moralidade pública, quando desta tribuna, parlamentares levantaram dúvidas e suspeitas que foram confirmadas sobre a lisura dos negócios internacionais do Governo do Estado.

Também não tardou muito para que os paranaenses tomassem conhecimento de que não passava de um proselitismo barato e de baixo nível dos oposicionistas de antes de 1982, o combate às mordomias do Governo do Estado e do Governo Federal.

E é sempre interessante lembrar que da Tribuna da Assembléia Legislativa alguns exasperados deputados do PMDB, da Legislatura passada combatiam e condenavam até a exaustão as mordomias que eram constatadas e que seguramente deveriam ser denunciadas. Continuávamos a imaginar que aqui no Paraná nós teríamos então um Governo de pleno combate as mordomias; repito, não demorou muito tempo para que chegássemos à conclusão de que as palavras dos peemedebistas, aliados do então candidato, Governador hoje, Senhor José Richa, eram palavras pura e simplesmente para ocupar o espaço político e para tentar levar a opinião pública deste Estado a uma ilusão, a uma falsa impressão

e à uma realidade mais gritante do que a contundência das palavras pronunciadas.

Não faz muito tempo o Governo do Estado adquiriu um avião para a mordomia do Governador e dos Senhores Secretários de Estado. O avião comprado nos Estados Unidos, através de uma empresa de São Paulo, que internou este avião aqui, que o nacionalizou e que o transferiu ao Governo do Paraná.

O preço do avião foi um segredo por muitos e muitos meses, até que pressionado pela Assembléia Legislativa o Governo do Estado se viu na obrigação e no dever de revelar publicamente o custo deste avião.

Na oportunidade apresentei um pedido de informações e as respostas do Governo do Estado davam ciência de que aquele avião fora comprado porque era intenção do Governo paranaense vender alguns aviões de sua frota e desta forma o Governo do Paraná justificava a compra de um jatinho norteamericano.

Pois bem, também não tardou muito Senhor Presidente e Senhores Deputados, para que o Paraná se apercesse de que estávamos outra vez diante de um novo engodo. E há pouco mais de 30 dias o Governo do Paraná adquiriu mais dois aviões para incorporar a sua frota de grandes mordomias.

Apresento nesta sessão um pedido de informações ao Governador do Paraná, sobre todas estas transações e ao mesmo tempo quero saber do Senhor José Richa se é sincero o seu desejo de combater as mordomias, ou se é, na verdade mais uma grande farsa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento)

Apenas para pedir a gentileza de Vossa Excelência para anexar o pronunciamento nosso com justificativa ao nosso requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será atendido. Está com a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. (Lê):

"Querem afogar o Paraná". Com esse título - emprestado da palestra do atual Líder do Governo nesta Casa, Deputado Caíto Quintana, a Assembléia Legislativa do Paraná imprimiu um panfleto logo após realizar, no final do ano passado, o que

denominou de Seminário Paranaense de Hidrelétricas.

Algumas verdades chocantes ficaram ali ditas, inclusive pelo governador José Richa, demonstrando que o Paraná é hoje produtor de energia elétrica da qual não necessita, em prejuízo do seu território, empobrecimento do povo, êxodo rural e queda da produção agrícola.

Textualmente, firma em determinado trecho o nobre Deputado Caíto Quintana que "é impossível à minha vocação de parlamentar permanecer em silêncio diante das injustiças cometidas contra a dignidade humana e o direito dos paranaenses por meio da construção de hidrelétricas".

Pois bem, Senhores. No mesmo Seminário, disse o Governador José Richa já haver comunicado ao Governo Federal que o Paraná não se utilizará da energia elétrica gerada por Itaipú e não pagará a cota de quatro por cento a que seria obrigado pelo exercício desse direito.

Também textualmente, disse Governador José Richa "não ser possível que o Paraná produza 30% da energia do País e que 60% dessa produção saia do Estado, ficando para nós somente o ônus da produção".

Na sua palestra, o presidente da COPEL, engenheiro Ary Queiroz, ainda textualmente, informou que considera a Usina de Salto Segredo "uma obra necessária mas não urgente, cujo ritmo de construção será determinada pela demanda de energia elétrica em nosso Estado."

Nas conclusões finais do mesmo Seminário Paranaense de Hidrelétricas ficou documentalmente assentado que, abre aspas, "A construção de uma usina, pelas suas implicações, deve ser fruto de decisão dos Poderes Executivo e Legislativo, através de uma emenda constitucional", fecha aspas.

Tudo isso dito e documentado, Senhores, o governo do Estado fez publicar editais de pré-qualificação para a concorrência às obras de construção da barragem da Usina de Salto Segredo no Rio Iguaçu.

Diz a imprensa que a obra consumirá 250 milhões de dólares e comportará o mais vultuoso investimento do Governo José Richa.

Se querem afogar o Paraná, ficou óbvio que a administração do Estado pretende dar sua importante contribuição. Tudo que ficou dito está contraditado pela disposição de tocar mais essa usina, que será paga pelo já sofrido povo paranaense. Será cada cidadão paranaense, através de suas contas de luz, que pagará em dólares pela dívida que a natureza proporcionou a este Estado, dotando-o de rios caudalosos.

Será cada um dos paranaenses que pagará em dólares por uma energia que não precisa, ao mesmo tempo que empobrece, na

medida que toda a economia sofre as conseqüências da queda de produção agrícola. Para que a obra desnecessária, segundo as palavras do próprio governador, para quem exportamos 60% da energia aqui gerada a ponto de recusarmos o

provisionamento de Itaipu - para que essa obra desnecessária seja concretizada, serão desalojados mais agricultores, serão alagadas férteis terras do Vale do Iguaçu. A construção de usinas, qualificada de espoliativa e desnecessária quando iniciativa do Governo Federal, passa a ser importante quando é o Estado a gerir dinheiro, a gerir dólares destinados a empobrecer o povo".

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)
Deputado Erondy Silvério, esse assunto já foi amplamente debatido e ele é sempre palpitante, realmente. Porque o Estado do Paraná tem, talvez na Região Sul, com certeza na Região Sul do País, as melhores condições nos seus rios para geração de energia.

No nosso posicionamento, nobre Deputado, veja bem Vossa Excelência, temos condenado sistematicamente aqui nesta Casa, Itaipu, fato consumado. Temos sistematicamente acusado Ilha Grande, nobre Deputado, na obra que está iniciando a ELETROSUL. E por paradoxal que seja, defendemos a construção da Usina que a COPEL está para iniciar.

Por que nobre Deputado? Porque em primeiro a COPEL se detém hoje, numa condição razoável de existência, contrariando o aspecto de todo Sul do País e onde Santa Catarina está com a sua empresa de energia em maus lençóis, o Rio Grande do Sul a CE é a mesma coisa, exatamente por ser simplesmente distribuidora de energia e não geradora. A COPEL teve um avanço, a COPEL está gerando energia que a riqueza energética do Paraná produz, para que a nossa própria concessionária tenha a energia gerada e distribuída aos paranaenses.

Muito bem, Deputado, acontece que há uma previsão de um futuro - não muito longe - de se esgotar a capacidade energética da geração da COPEL no Paraná. E, por isso mesmo como nós sabemos e Vossa Excelência também o sabe, que a construção de uma hidrelétrica requer tempo e, sistematicamente, tem sido afirmado pelo Governo do Estado e pela própria COPEL, de que a Usina de Salto Segredo não será tocada, não será acelerada, será dado um andamento necessário para que ela possa estar concluída quando a COPEL estiver merecendo a necessidade de nova geração de energia. E como o Governo do Estado do Paraná está plantado em cima de um projeto de eletrificação rural com uma previsão de 100 mil novas ligações e do "clic-urbano"

também, eu acho, sinceramente, Deputado Erondy Silvério e tenho certeza de poder dialogar com Vossa Excelência em alto padrão, nessa questão. Nós não podemos - Deputado Erondy - determos a COPEL detendo a nossa energia, a riqueza hidroelétrica do nosso Estado para a ELETROSUL.

Por que nós haveríamos de comprar energia da ELETROSUL se nós temos "know-now" suficiente para podermos gerar nós mesmo, paranaenses, a energia que o Paraná necessita. É dentro deste contexto que se coloca a construção das usinas pela COPEL. Não há interesse da COPEL em vender energia. Mas não há a mínima necessidade em que um Estado, como o Paraná, rico energeticamente, tenha que comprar energia. Os absurdos que aconteceram foram exatamente em relação à fixação de que a COPEL tivesse que comprar da ELETROSUL uma energia que não consumia.

Como foi o caso que recentemente colocamos nesta tribuna da vitória da COPEL. Como também o contrato da Itaipu Binacional, que consta a necessidade da COPEL comprar sete milhões de Kw de energia de Itaipu. Por que vamos pagar eles, se podemos gerar? Agradeço o aparte. Gostaria de dialogar sobre isto, para que pudéssemos, com profundidade, ver o porque da construção de uma usina pela COPEL.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu é que agradeço a Vossa Excelência e, sinceramente, tenho profunda admiração, grande respeito, pela atuação parlamentar de Vossa Excelência. Mas não estou de acordo com esta argumentação e direi lá na frente porque.

Compreendo perfeitamente o posicionamento de Vossa Excelência quando participou daquele Seminário, quando fez editar até um livreto, Vossa Excelência tinha uma posição dentro da bancada, uma posição defendida nos palanques eleitorais. Vossa Excelência hoje, pelas circunstâncias, ocupa outra posição, que é da defesa do Governo. Então compreendo a posição de Vossa Excelência, embora não concorde com a argumentação.

A construção de usinas, que era qualificada de espoliativa, de desnecessária, ao tempo de nosso Governo, hoje o Governo do Estado mudou completamente e, por via de regra, a grande maioria da Bancada do PMDB. Então pergunto, onde está a coerência? Onde o patriotismo invocado pela Nova República, quando afirma que a prioridade de todos os investimentos públicos está em projetos sociais que contemplam a saúde, a alimentação, a educação e o emprego dos brasileiros?

Ora, nobre Deputado, o povo não almoça energia elétrica. Não liga o corpo na tomada para ganhar saúde. Não se educa por emanções energéticas. Mas vai ter que

pagar por energia da qual não necessita. Tanto que o Paraná abriu mão da energia de Itaipu e pagar em dólares, contraindo o Estado mais dívidas internacionais, quando este Governo do PMDB dizia ao instalar-se, que a dívida externa, já assumida, era de um montante insuportável.

O Sr. Caíto Quintana - Só gostaria de fazer uma colocação oportuna...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Na sequência darei o aparte e debatarei com Vossa Excelência, porque quero primeiro responder ao aparte de Vossa Excelência.

Veja que o Presidente da COPEL, Engenheiro Ary Queiroz, ele próprio afirmava que Salto Segredo não é obra urgente. Agora na justificativa, e aí vem a resposta ao aparte de Vossa Excelência, por este interesse incoerente de tocar a obra, afirma o Governo, e Vossa Excelência acabou de afirmar agora, que a usina é importante para resguardar as condições econômicas da COPEL que o custo da energia gerada será inferior ao de Itaipu.

Temos um conflito de interesse notável. O da COPEL contra o povo. Interessa mais ao Governo do Paraná garantir a estabilidade de uma empresa estatal, que buscar o resguardo dos interesses da coletividade como um todo.

O Paraná está sendo inundado, mas ainda não é uma ilha. Se os recursos hídricos oferecem fartura de energia, não há porque construir mais usinas. Isto ainda é o Brasil. Hoje é o Brasil da Nova República que Vossas Excelências tanto reclamam.

Não importa ao paranaense se a luz de sua casa vem de Itaipu, ou se é vendida pela SUDESUL ou pela COPEL. Interessa sim que esta geração de brasileiros não pode mais pagar por investimentos extemporâneos. Não pode investir em energia elétrica, quando falta-lhe a energia principal, que é a movida com feijão e arroz.

Portanto, a argumentação de Vossa Excelência, embora o respeito que nutre por Vossa Excelência, a admiração que tenho por Vossa Excelência, não me convence, porque o Estado não é um compartimento estanque. Hoje Vossas Excelências mesmos proclamam em alto tom que nós estamos vivendo uma nova era, uma nova república onde não há por se fazer distinção entre ELETROSUL, COPEL, PARANÁ, SANTA CATARINA e ITAIPU. O fato é que existe abundância, sobra de energia no Paraná, nada justificando que se onere ainda mais a população do Paraná com mais um empréstimo em dólares do exterior para garantir a estabilidade financeira de uma empresa pública, se o Governo que é poderoso o mesmo que acusa o "superavit" energético, precisa ou quer manipular dólares através de empréstimos externos, tão criticados e tão combatidos quando o

PMDB era oposição.

Eu pergunto, o que é que mudou, o comportamento do PMDB. Será que os dólares lá do "Tio Sam" deixaram de ser malditos? O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério, as colocações de Vossa Excelência são procedentes. Procedentes se nós avaliarmos a preocupação pela não inundação de terras.

Mas, veja bem Deputado, Salto Segredo está sendo construída no Rio Iguaçu, um Rio de encaixe; um rio de pouco avaliamto, muito pouco.

A caixa do Rio Iguaçu suporta uma usina para gerar pequena quantidade de energia.

O que eu fico preocupado, mas eu vou deixar isso para o final.

Deputado, quando nós pagamos a nossa conta de luz, nós pagamos para o Conselho Nacional de Energia uma cota, não importa no Paraná, no Rio Grande do Sul, onde quer que seja.

Os dólares que o Senhor fala do Paraná com retorno para o Paraná, porque eles voltarão para a COPEL com a venda de energia e são os mesmos de 10% da Dívida Externa brasileira, gastos para construir Itaipu no solo paranaense para gerar energia para o sudeste.

Então, eu não vejo incoerência no PMDB quando contesta a criação de usinas no nosso Estado para servirem a interesses de outros Estados sem retorno ao Paraná. E também Deputado Erondy, o Governo do Estado em toda as usinas que construiu, mesmo aquelas construídas e, aqui eu quero fazer um tanto de justiça, por Governos anteriores do PDS, teve a preocupação com o social.

No entanto, a Itaipu, as Usinas da Eletrosul, aqui em solo paranaense recolheram a geração de energia, mas nunca se preocuparam com o destino dos desapropriados das áreas inundadas e, ficou para o Paraná o ônus de ter que dar sustentação aos homens que saíram da lavoura. A COPEL tem desde hoje a preocupação com o alagamento de Salto Segredo.

Agora eu pergunto a Vossa Excelência, um brilhante Deputado que neste instante está na tribuna contestando a obra da COPEL, uma empresa paranaense, por que nós não estamos falando aqui nos 5.140 km² de terra que vão ser inundados com a Usina de Ilha Grande, que começou a ser construída em Guaíra pela Eletrosul, em território paranaense para gerar 2 mil kw, enquanto Itaipu inundou 800 km para gerar 12 milhões de kw; Ilha Grande para gerar dois vai alagar 5.140 km², mas é da ELETROBRÁS uma intermediária. E eu iria além, uma atravessadora no sistema de eletrificação, porque nós temos a ELETROBRÁS e a COPEL. Então porque a

ELETROSUL? E contra ela ninguém diz nada. Agora contra a COPEL que precisa de energia para servir os paranaenses há então incoerência do PMDB. Não Deputado. O SR.ERONDY SILVÉRIO - Mas veja Vossa

Excelência que é um parlamentar inteligente. Vossa Excelência está procurando sair pela tangente.

Vossa Excelência ou não entendeu o sentido do nosso pronunciamento e, logo nós vamos encerrá-lo com um pedido de informações ao Governo do Estado ou está tangenciando?

Vossa Excelência está me colocando na posição de defensor de Itaipu, de defensor da ELETROBRÁS, absolutamente, eu defendo aqui os interesses do povo do Paraná.

Eu estou me baseando em declarações do Presidente da COPEL, do Governador do Estado e em próprias declarações de Vossa Excelência, de que há sobra de energia no Estado, portanto, não há justificativa, veja que Vossa Excelência está distorcendo o meu pronunciamento, eu não estou me colocando no papel de defensor de obras imperfeitas, inócuas ou superfluas. Eu estou apenas estranhando o comportamento do partido de Vossa Excelência e do próprio Governo do Estado, quando afirmava há dois anos atrás que o Paraná tem sobra de energia, que o Paraná não vai ficar com a cota que lhe cabe de Itaipu e ao mesmo tempo vai ao exterior, endivida mais o Estado, empobrece mais o povo brasileiro para garantir a estabilidade econômica de uma empresa pública, gerando mais energia que ele mesmo diz, desnecessária e sobrando este o sentido do meu pronunciamento.

Portanto, Vossa excelência foi muito inteligente, eu até louvo a Vossa Excelência, está no papel do Líder do Governo, e do Líder da Maioria desta Casa, mas por favor não confunda "alhos com bugalhos", usando o velho ditado popular.

Eu estou apenas estranhando o aqodamento do partido de Vossa Excelência, do governo de Vossa Excelência, em buscar dólares no Exterior, para construir mais uma usina quando o próprio Governo vem publicamente, através até de seminários que estão aí, até em ditados, em panfletos, trabalhos desses seminários, dizendo que há sobra de energia, que não há necessidade de construção de novas usinas.

Eu não quero entrar no campo técnico, porque este eu não conheço, eu confesso a Vossa Excelência, que Vossa Excelência é um "expert" na matéria e eu não. Eu só estranho é que se pretenda, pretenda não, porque já foram publicados editais de pré-qualificação, que o Governo vai construir.

O Governo é poderoso, manipula os meios de comunicação social, lamentavelmente, tudo que condenava no

passado está fazendo agora com correção monetária porque enquanto nós gastávamos 650 milhões de cruzeiros num ano em comunicação social, o Governo José Richa, só este ano, vai gastar 30 bilhões de cruzeiros.

Então hoje domina os meios de comunicação, eu tenho certeza que deste pronunciamento apenas, talvez, nem uma linha seja publicada pela imprensa. O Governo vai construir, mas eu quero que os Anais da Casa, registrem o fato de que um Deputado veio aqui e protestou, estranhou a incoerência do Governo de Vossa Excelência.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa quer informar à Casa e ao Plenário, e pede escusas ao Deputado Erondy por interrompê-lo, que se encontra no Salão Nobre desta Casa o Ministro Valdir Pires da Presidência e Assistência Social.

Os Senhores Deputados que quiserem cumprimentá-lo, a Mesa sugere que o façam no Salão Nobre e após o discurso do Deputado Erondy Silvério, nós suspenderemos a Sessão por 10 minutos, para que todos os Deputados possam cumprimentá-lo.

O SR.ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência me concede o tempo restante e Vossa Excelência poderá suspender a sessão.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Perfeitamente, está suspensa a sessão por 10 minutos, para que os Senhores Deputados possam cumprimentar o Ministro Valdir Pires, aliás o Ministro Valdir Pires virá a Plenário.

(É suspensa a sessão por 10 minutos).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

A Mesa fará um breve relatório sobre a vida pública do nosso homenageado.

Francisco Valdir Pires de Souza, Ministro da Previdência e da Assistência Social, baiano, 59 anos, iniciou a sua carreira política aos 25 anos de idade como Secretário da Administração do Governo Régis Pacheco, no Estado da Bahia. Foi Deputado Estadual e Líder da bancada do Governo Antônio Balbino. Em 1958, foi eleito Deputado Federal, convidado por João Goulart para ocupar a Consultoria Geral do Estado, da República, onde ficou até o golpe militar de 64. Após o golpe exilou-se no Uruguai, depois na Europa, França, onde ensinou Direito Público em Dijon e Sorbonne.

Voltou em 1975, atuando como empresário, no Rio de Janeiro, e retornou à vida pública em 1979.

Considerado, hoje, o líder mais influente do nosso Partido, o PMDB da Bahia.

Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana, para em nome do PMDB saudar o nosso homenageado.

Antes, porém, a Mesa registra a presença dos Senhores Secretários da Saúde do Pará, Acre, Amazonas e do Estado do Paraná.

Com a palavra o nobre Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAITO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Valdir Pires de Souza, Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado, aqui presentes nesta Casa, Senhores Deputados, Autoridades, Senhores e Senhoras.

Uma vez mais a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem a oportunidade de testemunhar o fortalecimento político porque passa a Nação, nos ares da Nova República.

Ainda, nesta semana, tivemos a presença, neste Parlamento, do Presidente da Caixa Econômica Federal, hoje, nos honra este Legislativo com a presença de Vossa Excelência, como Ministro de Estado.

Honra-nos, sobremaneira, porque este Poder, relegado durante tantos anos, realmente passa a ter, a partir de agora, um papel de real importância na vida nacional, porque aqui, como em outros Parlamentos, Sr. Ministro, está a representação do povo sofrido deste sofrido Brasil.

E, quando a visita de um Ministro a nosso Estado, põe na sua agenda uma visita à Assembléia Legislativa, nos orgulha e nos valoriza, porque é o reconhecimento a este Poder.

Queremos, neste instante, em nome da Bancada do PMDB, levarmos a nossa saudação a Vossa Excelência, homem experimentado na vida pública, com participação política, homem conhecedor da representação popular, homem que, no curso da sua vida, peregrinou no seu Estado na busca do voto popular, na representação do povo, homem que no curso da sua vida, teve, inclusive, uma cassação, portanto, qualificado, talhado, experimentado, para poder sentir a angústia que esta Nação passa neste instante da sua vida.

Homem talhado para poder, pela experiência vivida, pelos sacrifícios, pelas derrotas e pelas vitórias, compreender a vontade de um povo que tenta se encontrar com o seu destino e caminhar para o seu futuro de maior justiça social, de maior igualdade, de maior oportunidade.

Por isso, Ministro Valdir Pires, Vossa Excelência que hoje, ocupa um dos Ministérios talvez dos mais importantes desta Nação, porque ele não constrói obras, não trabalha com concreto frio; trabalha com pessoas, ele tem a responsabilidade da previdência de milhares de trabalhadores brasileiros, sofridos e desamparados. Ele tem, Ministro Valdir Pires, a incumbência de recuperar uma instituição falida, econômica e moralmente nesta Nação.

E nós sabemos que o seu trabalho é árduo. Sabemos que é difícil para Vossa Excelência ter que, à frente do Ministério da Previdência Social, recuperar tudo aquilo que perdeu o trabalhador brasileiro no curso de todos estes anos, aonde o social foi abandonado pelas obras

faraônicas; aonde o crescimento real de um povo foi trocado pelo endividamento da Nação, da megalomania de se procurar, vender a imagem de um País doente e sofrido, sem trabalho, sem educação, sem saúde, e com muita fome.

Vossa Excelência tem, Ministro Valdir Pires, essa grande incumbência. Mas, Vossa Excelência tem um passado que o qualifica para esse trabalho. Vossa Excelência tem a experiência da vida pública até no gesto de vir a este Parlamento. Tem o respaldo, portanto, de um passado para garantir o presente, para fazer com que possamos acreditar no futuro, e terá Vossa Excelência, sem dúvida alguma, na nossa Bancada Estadual do PMDB, a confiança, o prestigiamento e o apoio em todas as lutas que tiver que encetar, para podermos transformar a Previdência Social como um instrumento de apoio, de auxílio ao trabalhador; que os seus recursos sejam geridos para minorar a dor daqueles que trabalham e pouca saúde têm. Levanta-se nos campos, nos dias de hoje, o pedido para que a Previdência Social possa fazer maior atendimento ao trabalhador rural. Gritam os trabalhadores urbanos na necessidade de uma assistência mais direta. Portanto, Vossa Excelência tem um grande trabalho a realizar. Mas, Ministro Valdir Pires, os grandes desafios qualificam os grandes homens.

Mas, nós temos a certeza que o seu passado de lutas, a sua experiência popular, o seu exílio, Ministro, na saudade do seu País e da sua gente, haverá de reencontrar o povo brasileiro com os seus dirigentes, e minorar a dor e o sofrimento daqueles que precisam de uma administração pública mais justa, mais humana, mais voltada para o social, mais em função do homem e menos em favor das obras.

Receba, Ministro, em nome da Bancada do PMDB, a nossa homenagem nesse dia que Vossa Excelência engrandece este Poder. — (Sem revisão do orador).

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, Líder do Partido da Frente Liberal.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Senhores Secretários de Saúde do Estado do Acre, do Amazonas, do Paraná, que aqui se encontram presentes, Senhores membros da comitiva que acompanha o Sr. Ministro, prezado Ministro da Previdência Social, Francisco Valdir Pires:

É motivo de muita honra e satisfação para nós, recebermos, hoje, a visita de Vossa Excelência, nesta Casa. Posso afirmar, Sr. Ministro, que o mandato popular é o melhor estágio para o homem que vai ocupar uma função na administração pública. E Vossa Excelência que já disputou várias eleições, o mandato popular na Câmara dos Deputados, ao assumir o Ministério da Previdência, um Ministério com bastante dificuldades, tem habilidade suficiente para vir ao encontro do povo, e nada mais ideal do que uma visita à Casa do povo, em contato com os Srs. Deputados, contato este que é motivo da nossa satisfação.

O seu antecessor também era um político, mas manietado ao sistema político e que não tinha essa

possibilidade, não fazia esse contato. Este contato é muito importante para que Vossa Excelência tome conhecimento das dificuldades por que passa o povo brasileiro, principalmente no setor da Previdência Social.

Há poucos dias, conversando com companheiros nossos, lamentava e não sabia o porquê. O trabalhador da área urbana ao ser internado como paciente em um hospital recebe uma diária, e o trabalhador rural recebe trinta por cento do trabalhador urbano. Só alguém, que tem uma vivência política em contato com o povo, poderá tomar providências para que haja uma igualdade, porque todos são trabalhadores, todos dão uma contribuição para o Brasil, e tenho certeza que com suas andanças pelo Brasil, terá condições de oferecer um melhor caminho para a Previdência, na sua condição de dar atendimento, principalmente, nas horas mais difíceis.

Cumprimento o Sr. Ministro pela sua visita, hoje, à Assembléia Legislativa do Estado, há muitos anos, não tínhamos oportunidade de receber a visita dos Srs. Ministros para este contato na Casa do Povo. Por isso, cumprimos e fazemos votos que Vossa Excelência tenha uma feliz e profícua gestão frente a esse Ministério. E cabe a nós da classe política prestigiá-lo, para dar uma demonstração de que a classe política na administração tem a capacidade de bem administrar e dar a sua contribuição em qualquer função pública, não só no Parlamento. Meus parabéns pela sua visita e os nossos agradecimentos, Sr. Ministro, em nome da Frente Liberal do Estado do Paraná.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra, a seguir, ao Líder do PDS, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social do País, Dr. Valdir Pires, Srs. Secretários de Estado, Srs. dirigentes de órgãos da Previdência Social.

E uma satisfação para a Bancada da Oposição nesta Casa, saudar Sua Excelência o Ministro da Previdência Social, nesta ocasião, em visita ao Paraná. Satisfação que se amplia, pois que, o Ministério da Previdência Social trata realmente dos assuntos que dizem muito de perto, aos homens e às mulheres que freqüentam este plenário. As angústias do povo, o sofrimento do trabalhador, o desespero da miserabilidade da pensão, o sofrimento do trabalhador rural num hospital, no campo ou na cidade, tem sido preocupação permanente daqueles que fazem do exercício do seu mandato parlamentar, o mister da sua vida.

Certamente, Sr. Ministro, esta tem sido também a preocupação maior de Vossa Excelência, político, homem de Estado, ex-Deputado Federal, ocupante de altas funções na República, onde foi cerceado na sua trajetória política, pela cassação, num dos períodos mais negros da história do nosso País, que nós políticos não queremos ver repetido.

Vossa Excelência tem ao longo da sua trajetória política, tido esse mesmo tipo de preocupação que os

Parlamentares do Paraná têm. E eu me recordo agora de uma frase de São Paulo, Apóstolo, *Sê fiel até a morte, que eu te darei a coroa da vida.*

Vossa Excelência, como os políticos, os políticos com P maiúsculo, tem procurado ser fiel à vocação pública, e, nos mandatos e na sua vida pública, minorar o sofrimento do povo. Por isso, Ministro, Vossa Excelência que agora assume o cargo de Ministro da Previdência e Assistência Social, terá oportunidade de dar vida aos seus sonhos, de dar vida aos seus ideais, e se é verdade que a Previdência Social está falida, falida pela fraude, falida pelos bilhões que escorregam dos cofres da Previdência, muitas vezes, para beneficiar médicos ou instituições, Vossa Excelência haverá de ser fiel ao que pregou, ao longo da sua vida, e procurar desta forma, melhorar os programas de Assistência Social, solucionar os graves problemas da comunidade social que temos no País, para que assim, Vossa Excelência, na dupla condição de estadista e de político, possa ser fiel, e dar vida ao Ministério da Previdência e Assistência Social.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Com a palavra Sua Excelência, o Ministro da Previdência Social, Valdir Pires.

O SR. VALDIR PIRES — Excelentíssimo Senhor Presidente desta Assembléia, Excelentíssimo Senhores membros da Mesa, Senhores Secretários de Estado, Excelentíssimos Senhores Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná.

Quero agradecer não somente a gentileza do Presidente desta Casa que me ensinou a alegria de me encontrar neste instante aqui podendo cumprimentá-los, mas quero, igualmente, agradecer aos ilustres Deputados, Líder do PMDB, Caio Quintana, Gilberto Carvalho, Líder do Partido da Frente Liberal, e, Deputado Luiz Alberto, Líder do PDS, as expressões generosas e ao mesmo tempo estimuladoras com que me acolheram nesta Casa do povo do Paraná.

Como seria possível vir ao Paraná participar de um Encontro para discussão de problemas que dizem respeito aos meus deveres e às minhas preocupações como Ministro de Estado da Previdência, como vir ao Paraná me encontrar com o seu Chefe do Poder Executivo, meu dileto e eminente amigo, Governador José Richa, e não vir a esta Casa e me encontrar aqui, com as Deputadas e os Deputados que representam tão direta e legitimamente as inquietações, as esperanças, as perplexidades, o desafio do povo do Paraná!

Comecei a vida pública, pela Cadeira na Assembléia Legislativa, sei o que ela representa — a base extraordinária de ligação entre a representação política, e o exercício do mandato, depois, outras tarefas, depois outros destinos e afinal, o reencontro com responsabilidades da vida pública.

Num dos instantes mais graves da nossa Nação, depois de emoções, depois de dores, depois de sofrimentos e ao mesmo tempo, da consolidação de uma extraordinária vocação deste País para reconstruir seu destino, nesses dias que foram dias de nossa amargura mas, que foram, igualmente, dias da consolidação, dentro

do nosso espírito, e da firmeza na nossa consciência, de que, nós nos preparamos como uma das grandes nações do mundo contemporâneo, para construir um papel e um destino de liderança na condução da humanidade, nos próximos tempos!

Venho aqui hoje, dizer-lhes, como um companheiro de vida; pouco importam as nossas divergências partidárias, mas, como homem de vida pública, de que, nós nos encontramos à beira da construção de uma nova realidade, bonita, poderosa, porque democrática! Os desafios que foram postos para o nosso povo, nós os estamos vencendo; as dúvidas sobre a capacidade de nossa gente, de consolidar uma democracia válida, desapareceram. Este País deu ao mundo a demonstração da sua maturidade e da sua capacidade de dirigir-se a si mesmo, nestes últimos tempos, como poucos países na História das Instituições Políticas contemporâneas. Ganhamos as ruas, as praças, ganhamos com serenidade o processo da transição democrática, encerramos um período extremamente difícil da nossa história como poucos povos do mundo o encerraram e hoje, nos encontramos no alvorecer da construção de uma democracia que possa ficar, que possa durar, que possa estabelecer-se de modo definitivo no quadro das nossas instituições e na realidade das nossas estruturas sociais e econômicas.

Este é o desafio que está aí para nós todos, desafio que está para cada um dos senhores, para cada uma das minhas eminentes patrícias; o desafio que está para o homem público de qualquer parte deste País e o desafio que se encontra no meu peito, que é o de nós sermos capazes de construir uma democracia no Brasil, verdadeira. Este País que nunca a conheceu, este País que não tem instituições democráticas na sua História, válidas, sólidas, profundas.

Este País que já conviveu chamando-se democrático com instituições aparentemente liberais e que conviveu no passado com relações de produções escravocratas; este País que se chamou, na República, um País de instituições liberais e ao mesmo tempo que dispunha de uma realidade estrutural oligárquica e excludente. Nós, hoje, somos esta grande Nação, uma das grandes nações do mundo contemporâneo, sob qualquer aspecto, sob qualquer ângulo pelo qual a olhemos, somos uma grande Nação desafiada a construir a democracia não apenas nos aspectos liberais e jurídicos, não apenas na feição formal que tantas vezes nos acostumamos de denominar democracia, mas, de profundamente revermos as estruturas que compõem a realidade brasileira, e dizermos este País urbano, este País de uma sociedade tão profundamente, hoje, urbana e conflitiva, este País vai organizar-se democraticamente, porque ele vai assegurar a cada uma e a cada um dos seus cidadãos, as liberdades públicas e as garantias individuais, mas, este País vai igualmente assegurar a cada uma e a cada um dos seus cidadãos, a satisfação das necessidades existenciais básicas da vida, significa dizer aquilo que é absolutamente indispensável à sobrevivência e à dignidade de todos os seres humanos.

Só assim nós construiremos a democracia. Na cadeira do legislador ou na cadeira do executivo, esta é a questão, por isto todas as nossas decisões, hoje, são decisões profundamente políticas, porque são

decisões que importam numa opção entre a construção de uma verdadeira Democracia no Brasil ou o enorme risco de que dentro de alguns anos nós estejamos sob o impacto de perigos e de retrocessos.

Esta consciência da realidade que nós vivemos, é preciso que ela nos toque a cada momento e que ela esteja presente em cada um dos nossos atos e em cada um dos instantes em que sejamos convocados a ser responsáveis na vida pública, seja como legislador, seja como homem de Governo.

Eu os cumprimento e pediria permissão aos legisladores do Paraná que me permitam que lhes diga que eu os abraço como irmão desta grande tarefa e desta grande luta.

Seremos capazes de construir a Democracia brasileira. Seremos capazes de edificar um Governo cuja forma, pela composição do seu Legislativo e pela composição do seu Executivo, seja moralmente idônea, portanto, seja democrática.

Um Governo que tenha a preocupação, Governo não no sentido do Executivo, mas, Governo no sentido da responsabilidade do poder público global, mas, que tenha a preocupação e tenha o destino de realizar o processo de integração, no desenvolvimento, na dignidade daquilo que é a Nação, que é a sua humanidade, que são seus homens, as suas mulheres, os seus jovens, as suas crianças.

A democracia que nós faremos será assim: ou será abrangente, de toda a população brasileira resgatada na sua dignidade de viver, ou não será democracia. Daí o risco, daí a importância, daí a grandeza do momento que todos nós estamos vivendo.

Eu os cumprimento e eu os saúdo com o maior apreço e com o melhor da minha cordialidade.— (Sem revisão do orador). (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Nílso Squarezi) — Para apresentar as nossas despedidas, suspendemos a sessão por alguns instantes.

(É SUSPENSA A SESSÃO).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está reaberta a sessão e continua com a palavra, por mais dez minutos, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Concedo, com muita satisfação, o aparte que me foi solicitado anteriormente pelo nobre Deputado Tuguio Setogutte.

O Sr. Tuguio Setogutte — Deputado Erondy, atentamente, observamos as suas colocações e realmente concordamos in totum com a sua exposição, haja vista que durante esses anos todos realmente foi contrário, não apenas contra a construção de usinas no Estado do Paraná, mas, ainda agravante maior, contra os empresários em dólares do exterior.

E quando nós sabemos que será uma quantia, uma importância bastante grande para se construir neste momento em que se tem que voltar as atenções para o momento e o quadro social brasileiro, nós também hipotecamos a nossa solidariedade ao seu pronunciamento e lavramos, também, o nosso protesto pela imposição e pela agilização até, por que não dizer, da construção da

Ilha de Salto Segredo.

Nós, aqui, já fizemos algumas exposições sobre as construções de usinas, inclusive quando nós reportávamos à construção de Ilha Grande, única e quase tão somente devido ao problema do assoreamento que, segundo estudos verificados e já de pessoas e técnicos abalizados, dentro de 50 anos haveria até a possibilidade de uma perda de 40 a 50 por cento do potencial de Itaipu.

E nós, inclusive, lembramos agora, hoje, à Situação, ontem a Oposição, o PMDB, por que, ao invés de construir, ao invés de pedir mais empréstimos, ao invés de sacrificar mais uma vez o nosso povo, por que não pedir royalties, o que já foi por algumas vezes solicitado e que o Rio de Janeiro agora acaba de conseguir para a exploração do petróleo.

Acho oportuno que o Governador José Richa terá que pensar seriamente nesta questão e neste problema agora que iniciado está também a construção da ponte sobre a Ilha Grande, para que leve avante essa idéia junto com toda a camada social e política, principalmente deste Estado, para que ele tenha o seu benefício, através, indiretamente, dos royalties, porque o Paraná está sendo como sempre foi, grande prejudicado, apesar do seu potencial elétrico ele sempre foi prejudicado porque grande parte da sua população teve que se deslocar e em alocando esses lavradores para outras distâncias tem causado problemas sociais e financeiros ao nosso Estado.

Era o nosso aparte.

O SR. ERONDY SILVERIO — Muito obrigado e eu concordo plenamente com Vossa Excelência, porque eu estou lembrado que o Governador José Richa havia solicitado o pagamento dos royalties a que o Paraná tem direito, e não é nenhum favor, ao então candidato Tancredo Neves, que assumiu um compromisso solene e público de examinar com carinho a situação e praticamente ele assegurou ao Governador José Richa que a União ressarciria o Estado do Paraná, através do pagamento dos royalties.

Então, eu estranho que se vá, hoje, ao exterior buscar 200 a 250 milhões de dólares para iniciar

O SR. ERONDY SILVERIO — ... às pressas uma usina que era tão condenada nos palanques pelo PMDB.

Mas, nesse sentido, Sr. Deputado, estou encaminhando à Mesa o seguinte requerimento:

Sr. Presidente: o Deputado que adiante subscreve, confiando ainda na obrigação que o Governador do Estado prometeu cumprir, de oferecer conta de seus atos a esta Assembléia Legislativa e à opinião pública do Paraná, REQUER a formulação do seguinte Pedido de Informações:

1.º) — qual o montante da dívida externa do Paraná quando assumiu a atual administração, considerando-se verbas já recebidas e contratos de empréstimos internacionais - quer pela administração direta quer por empresas públicas.

2.º) — Qual o montante da dívida externa atual e quanto foi recebido pela administração direta ou empresas públicas durante o período da atual gestão?

3.º) — Qual o custo final da implantação da Usina Salto Segredo?

Que área será alagada e quantos serão os proprietários desalojados?

4.º) — Por que motivo? Este é um quesito muito importante. Por que motivo o edital de pré-qualificação determinou para a empresa líder do consórcio um porte tal que somente seis organizações brasileiras, e apenas uma do Paraná, possam desenvolver a obra?

Para aprovação do presente Pedido de Informações, Sr. Presidente, que interessa fundamentalmente a esta Casa, inclusive ao nobre Líder do Governo cuja consciência parlamentar não permite calar quando querem afogar o Paraná, esperamos inteiro apoio ao nosso requerimento.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Meus cumprimentos, nobre Deputado Erondy Silvério, pela preocupação que Vossa Excelência demonstra com o processo de endividamento externo do Paraná, especificamente no caso de construção de usina hidrelétrica aqui no Paraná, tendo em vista a proclamada auto-suficiência da COPEL em gerar força para o desenvolvimento do Paraná.

Mas, Vossa Excelência deve estar recordado e o Paraná todo recorda, de que o Governador José Richa, na campanha eleitoral, prometia administrar feijão com arroz — dizia ele — isto é, ia fazer uma administração à base do cruzeiro e não na base de dólar. A quem, pois que condenava inclusive, o candidato do PDS o Engenheiro Saul Raiz, condenava o ex-Governador Ney Braga pelo fato e até, indiretamente, o ex-Governador Jayme Canet Júnior que foi, talvez, o percursos dos empréstimos internacionais no Paraná com o fantástico programa de estradas asfaltadas que pode desenvolver no seu quadriênio administrativo.

Pois bem, eu me recordo até, nobre Deputado Erondy Silvério, que o Governador José Richa num comício na cidade de Jacarezinho, onde Vossa Excelência foi votado, e que depois transmitido até pela Folha de Londrina, ele dizia que era uma irresponsabilidade dos administradores estaduais contratarem empréstimos internacionais em dólares.

Pois bem, agora Sua Excelência resolve fazer uma obra que, segundo notícias de jornal, o Salto Segredo vai custar um bilhão de dólares, eminente Deputado. Um bilhão de dólares. Mas, não é só aí que o Governador José Richa se desmente no dia-a-dia do seu Governo com relação às promessas de candidato. Ainda ontem, nobre Deputado, chegou a esta Casa uma Mensagem do Governador José Richa. Sabe o que ele pede?

Autorização desta Casa para contratar mais de 66 milhões de dólares para cobrir o DÉFICIT público previsto no Orçamento de 1985.

O SR. ERONDY SILVERIO — Nunca vi isso na minha vida.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Mas veja, Vossa Excelência, nobre Deputado, não dizia o Sr. Erasmo Garanhão, não diz o Sr. João Elísio Ferraz de Campos que nós estamos tendo arrecadações inclusive a mais do que a inflação no Estado do Paraná.

Então, por que não usar este SUPERÁVIT financeiro para fazer amortização das dívidas externas do Paraná? Mas, o Governador José Richa faz ao contrário: ele pede 66 milhões de dólares para rolar a dívida que ia vencer neste ano de 1985, e para financiar o seu DÉFICIT orçamentário.

Equivale dizer, nobre Deputado, que, se no Governo anterior, de cada um cruzeiro que entrava pelos cofres públicos, quarenta centavos eram aplicados em obras; com o Governo do Sr. José Richa, de cada um cruzeiro que entra nos cofres públicos, apenas vinte e dois centavos são aplicados em obras, porque essas despesas — de pagamento de dívida, de rolagem de dívida — são despesas de custeio.

Conseqüentemente, o Governador José Richa está comprometendo irresponsavelmente o futuro administrativo do nosso Estado, para que nós, amanhã ou depois, não tenhamos recursos para executar o programa de obras necessário para o desenvolvimento do Estado que geram emprego, que fazem, enfim, a economia do nosso Estado movimentar.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência pela oportunidade do tema e a certeza que a bancada do nosso Partido, a bancada de Vossa Excelência, a Bancada do PDS haverá de denunciar este fato ao Paraná, inclusive com os novos empréstimos internacionais.

O SR. ERONDY SILVERIO — Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário destinado às Lideranças.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do Horário da Liderança.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, pela ordem, falarão os Srs. Deputados Orlando Pessuti, Paulo Furiatti e Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Não há como negar que o Governo da Nova República já começa a imprimir um ritmo novo na administração deste País, onde a democratização das decisões é marca fundamental. Nos diversos setores da vida brasileira, com especial destaque para as áreas econômicas e políticas, o Governo de José Sarney, baseado nos postulados deixados por Tancredo Neves.

Mas, há muita coisa ainda a se fazer, para que o Governo que se implantou neste País, a 15 de março passado, venha efetivamente de encontro às aspirações populares.

Especialmente no setor em que militamos, a agricultura, há muitas expectativas a serem atendidas, especialmente no que diz respeito à polêmica questão do trigo e do seu subsídio. Aliás, nesse campo, cabe aqui uma crítica: ao anunciar, há poucos dias, o repasse de 310 milhões de dólares às indústrias moageiras de trigo que operam no Brasil, a maior parte ligada a multinacionais, o Banco do Brasil se colocou em contraposição à política de austeridade e saneamento financeiro pretendida pela Nova República.

Isso porque, agora se faz necessário estudar com o máximo carinho a eliminação do subsídio ao preço do trigo, especialmente em relação aos financiamentos às empresas do setor. A alegação de que essa medida

realimentaria a inflação, é questionável. O correto é que, para os produtores, que nada ganham com a manutenção desse subsídio, já que nem podem moer o trigo e para os consumidores, que acabam pagando em inflação o que economizam no pão, essa medida não traz nenhuma vantagem.

Ocorre que os subsídios acabam somente beneficiando as multinacionais, já que este cereal é importado em quase sua totalidade. Enquanto o País produz menos da metade das cinco milhões de toneladas absorvidas anualmente, os gastos relacionados às importações devem ultrapassar um bilhão de dólares este ano, segundo os dados da Superintendência Nacional de Abastecimento.

Na verdade, ao contrário do que possa parecer, o subsídio ao trigo não favorece a faixa de população da mais baixa renda, privilegiando principalmente a elite, pois pesquisas oficiais mostram que a maior parte do trigo é absorvido por famílias com ganhos mensais superiores a dez salários-mínimos.

E mais: mantendo o subsídio o Governo da Nova República continuará a prestigiar o cartel da industrialização do trigo, já que hoje cerca de 30 por cento do mercado industrial sob o controle absoluto de um único grupo estrangeiro, o BUNGE Y BORN.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estudos realizados pelo empresário maringense Osvaldo Chiuchetta, diretor da Associação das Indústrias Moageiras de Milho do Paraná, que são em número de 27 e respondem pela produção de 70 por cento do fubá consumido neste País, mostram que a eliminação do subsídio, da parte bancada pelo Governo, possibilitaria a liberação de 1,2 bilhão de dólares para outros setores da agricultura, provocando ainda uma redução da pressão sobre o balanço de pagamentos no País por se tornar inevitável, a partir daí, a queda do consumo. Estes recursos poderiam ser utilizados no subsídio a alimentos básicos à população, produzidos em solo brasileiro, que poderão ser inclusive inseridos num dos programas do Plano de Emergência da Nova República.

A retirada do subsídio ao trigo terá ainda dois benefícios imediatos, a saber: 1) redução da dependência externa deste cereal e 2) abertura do caminho para maior participação do empresariado nacional e à livre concorrência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Outro ponto importante a se considerar é que, ao nosso modo de ver, tem que ser estudado pelo Ministério da Agricultura como medida decorrente do fim do subsídio ao trigo seria o retorno dos moinhos coloniais, que superam o número de 200 no Paraná, para que pudessem eles novamente vir o cereal e adquirir sua cota em leilões.

O renascimento dos moinhos coloniais poderá, aliás, vir a ser uma saída criativa apresentada pela agricultura nacional para a crise econômica. Unidades econômicas familiares auto-suficientes, estabelecidas por colonos de origem européia na região sul, os moinhos coloniais se reativados contribuiriam para evitar o êxodo rural, melhorariam a qualidade de vida das populações do interior e estimulariam o produtor a plantar mais do que para o seu próprio consumo.

Desejo lembrar que foi em 1976, que um movimento de líderes agrícolas e políticos impediram a extinção desses moinhos por parte de grandes grupos moageiros, principalmente multinacionais. Essa luta

possibilitou a aprovação da Lei n.º 6387, que permitiu o funcionamento dos moinhos, embora restringisse o resultado da moagem ao consumo da própria família do agricultor. Mais tarde vários Deputados, inclusive o atual Conselheiro do Tribunal de Contas, Olivir Gabardo, apresentaram projetos que alteram a legislação.

Eles visam, basicamente, dar ao moageiro colonial a possibilidade de beneficiar o trigo de terceiros e não somente o que produziu, além de estender o financiamento a outros cereais que não o trigo, como o arroz e o milho, além de eliminar o sistema de quotas máximas diárias de duas toneladas permitidas a esse tipo de moinho, pela Lei n.º 6387.

Infelizmente, até hoje, esses projetos não foram aprovados, como não o foi o de iniciativa do Deputado Odilon Salmoria, que prevê o fim do monopólio estatal do trigo e ao subsídio do cereal, voltando à iniciativa privada o direito de produzir, comercializar e até mesmo importar o trigo quando isto for necessário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como os nobres Pares puderam observar, no decorrer deste modesto pronunciamento, o subsídio ao trigo e o impedimento criado para o funcionamento dos moinhos coloniais são dois fatos que não se coadunam com a atuação do Governo da Nova República, que prevê a participação de todos os setores da vida nacional nas decisões.

Nesse sentido, estamos submetendo a este Plenário um requerimento dirigido aos Ministros da SEPLAN e da Agricultura, solicitando a realização de estudos imediatos visando a modificação dessas duas situações, para o qual peço — e tenho a certeza e serei atendido — o apoio de todos os nobres Pares.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O PMDB sem dúvida é o partido venturoso, porque no passado foi muito tranqüilo ao PMDB fazer oposição porque os Governos de então artimanhavam, faziam e produziam tantos problemas que era fácil de ser Oposição.

Mas, é um partido venturoso porque logo após ganhar as eleições de 82, iniciou um trabalho de restauração e moralidade das ações e das obras que ficou também muito fácil ao PMDB ser Situação pelo pequeno tamanho da Oposição que temos a nível de Estado que se reflete nesta Casa.

O Deputado Airton Cordeiro fez algumas observações e num ato falho disse há pouco que se nós imaginássemos que, após as eleições de 82, o PMDB restabelecesse a moralidade pública. Portanto, admitiu a imoralidade pública do seu Governo e do seu Partido.

Na verdade, por falta de uma posição vigorosa nesta Casa, os nobres Deputados se prendem a requerimentos e a contrariedades que não têm absolutamente, nenhuma razão de ser.

Com relação à compra de avião, o Deputado Airton Cordeiro, ainda no dia 13/07/84, fez um Pedido de Informação ao Governo do Estado que foi no dia 25, através de uma ampla documentação, esclarecido sobre o assunto o que nos parece ficou esclarecido após o que não ouvimos mais o Deputado Airton Cordeiro falar do assunto, o que nos parece ficou extremamente satisfeito.

E agora, o nobre Deputado Airton Cordeiro encaminha a esta Casa, como um Deputado preocupado com as condições públicas, um requerimento pedindo novas informações.

Embora ele não esteja presente nesta Casa, nós solicitamos através da liderança ampla documentação a respeito das informações, que são informações públicas, informações que saíram no Diário Oficial, que é um ato público, notório que está à disposição do Deputado.

Venho a esta tribuna apenas solicitar ao Deputado Airton Cordeiro, que retire este pedido de informação, porque já estamos solicitando à Liderança que tire cópia de toda esta documentação, que está em poder da Liderança do PMDB e encaminhe a ele, para que ele possa folhear à vontade e analisar todo aquele processo da compra dos aviões, porque dos seis aviões que o Estado tinha, hoje, tem apenas quatro aviões em estado de condição e tudo legal e abertamente bem.

Portanto, este Pedido de Informação para economizar tempo do Deputado mesmo, economizar papel e mais aborrecimentos do Deputado que pode ter que esperar mais uns dias para chegar, estaremos com a maior boa vontade encaminhando a ele toda a documentação necessária.

E dizer que estamos satisfeitos com o ambiente alegre, pacífico desta Assembléia pela Oposição fácil que temos, não pela vontade dos opositores, é claro, mas pela exclusiva falta de argumentação, que é um dos compromissos do PMDB administrar abertamente, democraticamente.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente Presidente, Srs. Deputados.

A vida não é fácil, até para quem trabalha e recebe normalmente os seus vencimentos, se torna muito difícil a vida para o trabalhador, que trabalhando não percebe ao final do mês o seu justo salário.

Venho hoje a esta tribuna para fazer um apelo e uma solicitação ao Líder do PMDB e do Governo, extensivo ao novo Secretário do Trabalho e a Secretária da Educação.

Convivemos hoje com uma situação funcional de alguns trabalhadores do Estado e outros conveniados com o Estado, é o caso dos funcionários do SINE, que acerca de três meses não recebem seus salários, é também o problema dos professores celetistas contratados

este ano pela Secretaria de Educação, que estão vivendo de papagaios feitos de uma maneira muito cara nos bancos comerciais.

Professores que deveriam receber do Estado todo amparo e todo o apoio, para que pudessem ministrar as suas aulas com a maior tranquilidade possível, como podem ter tranquilidade se não podem pagar suas contas, se têm incertas as suas próprias alimentações, porque os professores celetistas do Estado do Paraná, por uma burocracia não compreensível estão, há quase três meses, também sem receber os seus vencimentos.

Gostaria, meu Líder Caíto Quintana, que agilizasse neste sentido, para que o salário dos funcionários do SINE e o salário dos professores estaduais fossem pagos incontinentemente. Se defendemos novos tempos, se falamos de justiça social, se com honestidade desejamos justiça social, não podemos patrocinar o silêncio e a burocracia que dificultam a vida dos nossos bons cidadãos.

A insensibilidade de homens da administração não podem nos tocar, o político tem que ter a sensibilidade da busca da solução dos problemas das pessoas que colaboram com a função executiva do Estado.

Deixar um trabalhador e ao final, e Deus assim nos permita, de três meses venham a receber um salário defasado pela inflação, pelo permanente aumento do custo de vida, recebe um salário sem juros e sem correção monetária, enquanto eles estão a pagar nas instituições financeiras, 17 por cento ao mês, para poderem sobreviver.

Espero que a democracia do PMDB, dirigida no Paraná pelo Governador José Richa, interfira nesta dificultosa situação para esses trabalhadores, e, atendendo o pedido de parcela destas duas categorias é que elevo a minha voz para solicitar esta interferência devida para que este problema tenha uma solução o mais breve possível.

Nós que convivemos com o salário pago religiosamente em dia, não podemos compactuar que outros servidores do Estado e outros conveniados do Estado não recebam, nas mesmas circunstâncias, o seu salário em dia.

A justiça social começa por nós mesmos a praticá-la.

Espero que o Líder, Caíto Quintana, interfira junto ao Governo e em breve dê a resposta definitiva, em termos de solução do atendimento destas reivindicações justas, de quem contribui para o progresso e do dinamismo do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa consulta o Partido da Frente Liberal, se deseja usar do horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Por dez minutos, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao ocupar o Horário da Liderança do Partido da Frente Liberal, queria, primeiro, dar a saudação aos nossos companheiros, aos nossos amigos do PDS, pelos quais temos o máximo respeito.

Mas, por contingências outras onde a Frente Liberal e o PDS são água da mesma fonte.

Queríamos, neste instante, Sr. Presidente, dizer da autenticidade de nossos propósitos, dizer que temos uma orientação política, dizer que somos favoráveis à candidatura do grande paranaense Jayme Canet Júnior, dizer que somos malufistas autênticos e dizer ao Deputado que talvez ausente, ou presente, não faz a menor falta, quando ele diz que a Frente Liberal é o entulho do PDS. Estamos com a consciência tranqüila e temos, no PDS, toda a amizade e a sinceridade dos Deputados.

O Deputado Tadeu extrapolou de suas origens, aliás, não é, Sr. Presidente, não é, Srs. Deputados, estranhável uma atitude de um homem sem coerência, uma atitude de um homem que não tem força moral, porque quem não cuida de sua casa não pode cuidar da casa dos outros. Não fazemos ingerência indébita porque respeitamos a valorosa Bancada do PMDB, e se se o PMDB, Srs. Deputados, Sr. Presidente...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Dentro de um minuto eu concedo.

Se o PMDB tem a sua bancada, deve ter o respeito e o respaldo, porque todos os Deputados que aqui vieram, vieram pela vontade soberana de uma eleição, onde o povo mandou para cá os Parlamentares, com os seus prestígios pessoais, mas sem quizilas políticas.

Se nós fomos para a Frente Liberal, foi auscultando as bases, mas sem desprezar os nossos amigos e companheiros do PDS, que respeitamos como Líder, que respeitamos sem achincalhar e como respeitamos também os membros do partido majoritário do Governo. As nossas quizilas devem ser absorvidas aqui.

Agora, eu queria apenas lamentar que esse Deputado, que não tem competência para julgar, aqui estivesse para dialogarmos. Talvez seja ele o entulho do PMDB.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência por esta oportunidade. E quero, neste instante, parabenizar o Partido da Frente Liberal pela grande aquisição que é de Vossa Excelência pertencer aos seus quadros.

Reconheço em Vossa Excelência, não só neste mandato em que acompanho, mas em mandatos passados, o seu trabalho desenvolvido dentro desta Assembléia Legislativa. E a Frente Liberal se une com mais força, que é Vossa Excelência, que é o grande defensor das grandes causas do Paraná.

E para que não houvesse dúvida, nobre Deputado,

Vossa Excelência acusou neste instante o Deputado Tadeu, por dizer que 'vocês são entulhos'. Mas, para um esclarecimento melhor, temos na Bancada dois Deputados que levam o nome de Tadeu. Então, pediria a Vossa Excelência, que ao continuar o seu pronunciamento...

O SR. GABRIEL MANOEL — ... Tadeu França.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Ah, perfeito. Agradeço a Vossa Excelência e, nesta oportunidade, quero parabenizar mais uma vez, a Frente Liberal, por Vossa Excelência pertencer aos seus quadros. Obrigado pelo aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Manfrinato, e digo que política, dentro da orientação dos homens sábios, são fatos novos, nunca deixamos de participar com os companheiros do Partido do PDS, nossos amigos particulares.

Agora Vossa Excelência sabe qual é o Tadeu. Pergunta inoportuna. Mas, já que Vossa Excelência quis saber a verdade, como advogado, como eu disse muitas vezes, Advogado do Diabo.

Vossa Excelência diga ao seu companheiro...

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Gabriel Manoel, quero cumprimentar Vossa Excelência, que ocupa nesta tarde a tribuna, para dizer que a Frente Liberal, este partido que estamos organizando, tem um manifesto um programa e que é uma proposta nova.

E um Partido que esperamos seja um grande partido e nesta Casa já deu a sua contribuição para o aprimoramento democrático, passando a constituir mais uma bancada, deixando de vigorar o bipartidarismo.

Estamos hoje com o pluripartidarismo, uma contribuição para o aprimoramento democrático.

E nós que oferecemos uma nova opção, uma proposta nova, não poderíamos, de forma alguma, com o respeito que temos ao Senador Affonso Camargo, pela sua habilidade, pela sua capacidade como político, gostaríamos até de tê-lo junto numa campanha política, talvez uma coligação partidária.

Mas, nunca aceitarmos a incorporação. Porque, quando abraçamos esta causa de criação deste novo Partido, foi para oferecer uma proposta nova, um Partido de Centro.

Por isso, o nobre Deputado Tadeu França esteja tranqüilo, porque jamais aceitaremos a incorporação. Não que tenhamos qualquer coisa contra os Deputados do PMDB, grandes companheiros da valorosa bancada que atua nesta Casa, mas, é uma nova proposta e temos que oferecer uma opção ao povo paranaense e ao Brasil.

Por isso, esteja certo, e o nobre Deputado Tadeu França não se preocupe, não haverá a incorporação, talvez seja ele, como disse Vossa Excelência, um entulho lá no seu Partido, mas em nosso Partido é uma proposta nova, estamos de braços abertos para

receber a todos.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Gilberto Carvalho.

Agora, o Deputado Manfrinato quer defender, que nos nostilizar, mas mesmo assim ele goza do nosso conceito, como goza da nossa bancada.

O Sr. Caíto Quintana — Permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Um momento, já darei o aparte, se der tempo, Líder incontestado.

Viu, Deputado Gilberto, o Deputado Tadeu França talvez esteja extrapolando, talvez como dizia um companheiro meu, ele está misturando alhos com bugalhos, como dizia o grande Alencar Furtado, o Manfrinato está misturando caçada de tatu com serenata.

Então, não tem condições de retroagir no tempo e no espaço e quer agora, neste momento, perguntar algo que ele está farto e sabiamente sabendo qual foi o Deputado que nos chamou de entulho.

E, eu tiro meu chapéu, como dizia Paraguaçu, pelo puxa-saquismo do meu amigo Manfrinato.

Vossa Excelência tem o aparte.

O Sr. Caíto Quintana — Deputado Gabriel Manoel, quero cumprimentar, neste dia, que pela

vez primeira usa a tribuna no Horário da Liderança do Partido da Frente Liberal, porque tenho certeza,

nobre Deputado, de que deve ter sido pensado, repensado, analisado, consultado seus companheiros, a decisão de Vossa Excelência.

Porque na verdade um político de longos anos, de tantos mandatos, como Vossa Excelência, pela sua experiência, seu trabalho, que o qualifica como um dos bons políticos, um dos grandes políticos do Estado do Paraná, deve ter cobrado de Vossa Excelência muito raciocínio. Mas, nestes caminhos novos de aumento de partidos políticos no Brasil, é evidente que os políticos procuraram partidos mais identificados com seu trabalho.

Espero que Vossa Excelência, no seu novo partido, continue dando a este Parlamento o brilhantismo, a solidariedade, o companheirismo que sempre deu, até aqui.

Meus parabéns, Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Teremos o prazer de ouvir o nobre Deputado Gabriel Manoel, por mais um minuto.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço a Vossa Excelência, Deputado, pela coerência, porque a nossa finalidade é uma só, é o Brasil, é o Paraná.

Agradeço a Vossa Excelência, e digo para os meus amigos do PDS, da Frente Liberal e do PMDB, que, unidos, o Paraná e o Brasil, hão de ter a democracia que precisa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada

a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

A Mesa anuncia, com grande satisfação, a presença do ex-Presidente desta Casa, Senhor Deputado João Mansur.

Estão constituídas as Comissões. O Senhor 1.º Secretário fará a leitura dos nomes que compõem as Comissões hoje constituídas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Lê):

DIRETORIA LEGISLATIVA COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES:	SUPLENTE:
Amélia Hruschka	Ferrari Júnior
Djalma de Almeida César	Artagão de Mattos Leão
Edmar Luiz Costa	Dirceu Manfrinato
Hermas Brandão	Ervin Bonkoski
Tadeu Lúcio Machado	Homero Oguido
Roberto Requião	José Antônio Fonseca
Mário Pereira	Tadeu Bento França
Trajan Bastos	Nestor Baptista
Ezequias Losso	Edgard Pimentel
Odeni Mongruel	Antônio Belinati
Luiz Alberto Oliveira	Donato Gulin
Airton Cordeiro	Fuad Nacli
Ivan Gubert	Jorge Maia Filho
Basílio Zanusso	Augusto Carneiro

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES:	SUPLENTE:
Djalma de Almeida César	Artagão de Mattos Leão
Ervin Bonkoski	Dirceu Manfrinato
Homero Oguido	Edmar Luiz Costa
Tadeu Lúcio Machado	Roberto Requião
Erondy Silvério	Antônio Belinati
Luiz Alberto Oliveira	Airton Cordeiro
Augusto Carneiro	Ivan Gubert

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES:	SUPLENTE:
Acir Mezzadri	Amélia Hruschka
Hermas Brandão	Edmar Luiz Costa
Roberto Requião	Ervin Bonkoski
Trajan Bastos	Nelson Vasconcellos
Erondy Silvério	Ezequias Losso
Luiz Alberto Oliveira	Donato Gulin
Jorge Maia Filho	Francisco Escorsin

COMISSÃO DE AGRICULTURA

TITULARES:	SUPLENTE:
Eduardo Baggio	Ervin Bonkoski

Orlando Pessuti	Mário Pereira
Paulo Furiatti	Rubens Bueno
Sabino Campos	Sérgio Spada
Edgard Pimentel	Tuguio Setogutte
Wilson Fortes	Erondy Silvério
Werner Wanderer	Basílio Zanusso

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES:	SUPLENTE:
Adhail Sprenger Passos	Mário Pereira
Artagão de Mattos Leão	Nestor Baptista
Ervin Bonkoski	Rubens Bueno
Sabino Campos	Sérgio Spada
Donato Gulin	Edgard Pimentel
Odeni Mongruel	Fuad Nacli
Péricles Pacheco	Werner Wanderer

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

TITULARES:	SUPLENTE:
Acir Mezzadri	Ervin Bonkoski
Adhail Sprenger Passos	Hermas Brandão
Eduardo Baggio	Mário Pereira
Edmar Luiz Costa	Paulo Furiatti
Donato Gulin	Tuguio Setogutte
Leônidas Chaves	Odeni Mongruel
Ivan Gubert	Jorge Maia Filho

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES:	SUPLENTE:
Tadeu Bento França	Adhail Sprenger Passos
Rubens Bueno	Amélia Hruschka
Márcio Almeida	Djalma de Almeida César
Sérgio Spada	Homero Oguido
Ezequias Losso	Antônio Belinati
Odeni Mongruel	Edgard Pimentel
Jorge Maia Filho	Ivan Gubert

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES:	SUPLENTE:
Ferrari Júnior	Eduardo Baggio
José Antônio Fonseca	Hermas Brandão
Orlando Pessuti	Bento França
Sérgio Spada	Roberto Requião
Wilson Fortes	Leônidas Chaves
Antônio Belinati	Edgard Pimentel
Francisco Escorsin	Basílio Zanusso

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

TITULARES:	SUPLENTE:
Artagão de Mattos Leão	Acir Mezzadri
Dirceu Manfrinato	Ervin Bonkoski
Djalma de Almeida Cesar	Tadeu Lúcio Machado
Nestor Baptista	Orlando Pessuti
Antônio Belinati	Ezequias Losso
Tuguio Setogutte	Leônidas Chaves
Basílio Zanusso	Werner Wanderer

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES:

Amélia Hruschka
Márcio Almeida
Nelson Vasconcellos
Orlando Pessuti
Tuguio Setogutte
Edgard Pimentel
Francisco Escorsin

SUPLENTE:

Ferrari Júnior
Homero Oguido
Paulo Furiatti
Sabino Campos
Antônio Belinati
Fuad Nacli
Jorge Maia Filho

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES:

Homero Oguido
Tadeu Bento França
Mário Pereira
Nestor Baptista
Fuad Nacli
Ailton Cordeiro
Jorge Maia Filho

SUPLENTE:

Acir Mezzadri
Adhail Sprenger Passos
Amélia Hruschka
Trajano Bastos
Leônidas Chaves
Odeni Mongruel
Ivan Gubert

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES:

Hermas Brandão
Homero Oguido
Tadeu Lúcio Machado
Trajano Bastos
Erondy Silvério
Luiz Alberto Oliveira
Ivan Gubert

SUPLENTE:

Adhail Sprenger Passos
Dirceu Manfrinato
Roberto Requião
Sabino Campos
Tuguio Setogutte
Odeni Mongruel
Basílio Zanusso

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES:

Ervin Bonkoski
Mário Pereira
Nestor Baptista
Sérgio Spada
Donato Gulín
Ailton Cordeiro
Werner Wanderer

SUPLENTE:

Acir Mezzadri
Arleir T. Ferrari Júnior
Eduardo Baggio
Rubens Bueno
Edgard Pimentel
Fuad Nacli
Francisco Escorsin

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

TITULARES:

Ferrari Júnior
Ervin Bonkoski
Tadeu Bento França
Nestor Baptista
Odeni Mongruel
Antônio Belinati
Péricles Pacheco

SUPLENTE:

José Antônio Fonseca
Márcio Almeida
Orlando Pessuti
Sabino Campos
Ezequias Losso
Edgard Pimentel
Augusto Carneiro

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

TITULARES:

Adhail Sprenger Passos
Orlando Pessuti
Osvaldo Alencar Furtado
Paulo Furiatti
Edgard Pimentel

SUPLENTE:

Tadeu Lúcio Machado
Nelson Vasconcellos
Rubens Bueno
Sabino Campos
Odeni Mongruel

Antônio Belinati
Augusto Carneiro

Tuguio Setogutte
Werner Wanderer

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

TITULARES:

Ferrari Júnior
Dirceu Manfrinato
Mário Pereira
Sabino Campos
Odeni Mongruel
Edgard Pimentel
Werner Wanderer

SUPLENTE:

Eduardo Baggio
Márcio Almeida
Paulo Furiatti
Rubens Bueno
Fuad Nacli
Tuguio Setogutte
Francisco Escorsin

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

TITULARES:

Adhail Sprenger Passos
Ervin Bonkoski
Roberto Requião
Rubens Bueno
Antônio Belinati
Edgard Pimentel
Francisco Escorsin

SUPLENTE:

Djalma de Almeida César
Hermas Brandão
Nestor Baptista
Trajano Bastos
Odeni Mongruel
Ailton Cordeiro
Augusto Carneiro

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

TITULARES:

Amélia Hruschka
Márcio Almeida
Sérgio Spada
Ailton Cordeiro
Odeni Mongruel

SUPLENTE:

Djalma de Almeida César
Nelson Vasconcellos
Roberto Requião
Antônio Belinati
Edgard Pimentel

Diretoria Legislativa, 08 de maio de 1985.

ELÓI MEZZADRI
Diretor Legislativo

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, à Comissão de Direitos Humanos não foi incluído nenhum representante da Frente Liberal. Sugiro a Vossa Excelência, que incluísse o nome do Senhor Deputado Gabriel Manoel, para a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deferido.

Ofício n.º 033/85, subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante de expediente, indicando os Senhores que irão compor as Comissões Permanentes, da Casa.

A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 178/84, de

autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que estabelece critérios para contratação de Apresentação Artísticas em Feiras Agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. Com SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 330/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina de ALBERTO BAGGIO, o trecho da PR-559, que liga o Município de Paraíso do Norte ao Município de Mirador. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 168/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental nº 142/84, que objetiva reformular a Estrutura dos Serviços Administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências. Com PARECERES DA C.C.J., C.F. e C.R.H., FAVORÁVEIS AO SUBSTITUTIVO GERAL apresentado pela C.C.J. e com EMENDA da C.R.H., por unanimidade. (ANEXO: Mensagem 56/85, de 11/03/85, do Excelentíssimo Senhor Governador, com a Mensagem Aditiva ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 168/84, reiterando a apreciação da matéria). **Em discussão.**

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS (Pela Ordem) -

Eu requereria à Mesa, Senhor Presidente, que mandasse proceder a leitura de todas as emendas que foram apresentadas, emendas de Plenário, pelos Senhor Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khuri) - A Mesa vai proceder, através do Senhor 1º Secretário, a leitura das emendas apresentadas em Plenário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tuguio Setogutte) - (Lê):

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE
PLENÁRIO Nº 06 AO SUBSTITUTIVO GERAL**

PROJETO DE LEI Nº 168/84
PROCESSO Nº 6925/84
MENSAGEM Nº 142/84

Art. 1º - Os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas do Paraná são fixados para cada classe com base nos vencimentos do cargo de Técnico de Controle Externo - TC 100.1 observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical constante do Anexo I, desta Lei.

§ Único - O vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle Externo TC 100.1 é fixado em Cr\$ 1.185.359,00 (Hum milhão, cento e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e nove cruzeiros).

Art. 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Paraná.

Art. 3º - Os efeitos desta Lei retroagirão a 1º de janeiro de 1985, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoiamento: Trajano Bastos
José Antônio Fonseca
Antônio Annibelli.



**EMENDA SUPRESSIVA DE
PLENÁRIO Nº 02 AO PROJETO DE LEI
Nº 168/84**

Suprima-se:

Art. 13 - Fica transformado um cargo de provimento efetivo de Oficial de Controle, código TC-AM-200, nível 9, em um cargo de provimento efetivo de Médico. Classe A. Referência I, este já previsto no Anexo II, ficando resguardado ao ocupante daquele cargo o direito de optar pelo novo, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que comprove o nível profissional exigido para o mesmo.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo, autorizado a transformar cargos do Quadro Próprio do Tribunal de Contas, mediante Decreto e sob proposta do Tribunal, desde que esta transformação não implique em aumento de despesa.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) CAITO QUINTANA

Apoiamento: Orlando Pessuti
Trajano Bastos
Dirceu Manfrinato
Edmar Luiz Costa
Nelson Vasconcellos
Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

A supressão dos artigos descritos constitui medida visando a aperfeiçoar o Quadro de Pessoal e atende a dúvidas existentes quanto à sua juridicidade em especial da parte dos eminentes Deputados Roberto Requião e Adhail Sprenger Passos.

No caso o artigo 13, evita-se que se aproveite funcionário já integrante do Quadro de Pessoal do T.C. Salva-se, com a medida supressiva, a necessidade do CONCURSO PÚBLICO para o provimento de cargos iniciais de carreira.

No que respeita o artigo 15, dadas as diversas interpretações quanto à sua juridicidade e constitucionalidade optou-se por sua supressão do Substitutivo Geral, o que evitará possíveis medidas discricionárias quanto à transformação de cargos.



**EMENDA SUBSTITUTIVA DE
PLENÁRIO Nº 3**

Art. único - O Artigo 5º, do Substitutivo Geral passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas a Diretoria de Recursos Humanos,

a Diretoria de Processamento de Dados e as Coordenadorias de Comunicação e Relações Públicas, Engenharia, Ementário e Jurisprudência e Apoio Administrativo.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Orlando Pessuti

Trajano Bastos

Dirceu Manfrinato

Edmar Luiz Costa

Nelson Vasconcellos

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta tem como objetivo, tão somente, aperfeiçoar a composição terminológica dos setores administrativos constantes do artigo precitado, adequando-o melhor às necessidades do Tribunal, do que a própria administração do T.C. concorda. Assim, a COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS passa a ser DIRETORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, haja vista a m importância e dimensão que o Processamento de Dados terá naquela Corte.

De outro lado, a DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS, perde sua condição de Diretoria e passa a ser CORRDENADORIA DE COMUNICAÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS. Verificou-se, portanto, apenas a troca de posicionamento..

Finalmente, a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO, muda de denominação e passa a ser COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Não há, em decorrência das alterações, qualquer aumento de despesa ou prejuízo ao todo od Quadro do de Pessoal.

OK

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 04

Acrescente-se ao Art. 10 o seguinte parágrafo:
§ 3º - A atual Diretoria de Pessoal e Contabilidade passa a denominar-se DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Orlando Pessuti.

Trajano Bastos

Dirceu Manfrinato

Edmar Luiz Costa

Nelson Vasconcellos.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de medida que se apresentou necessária ante a criação, no artigo 5º do Substitutivo Geral, da DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS. Como esta última terá funções definidas no âmbito do acompanhamento dos direitos e vantagens dos servidores e membros do Tribunal e de promoção de atividade própria e de interesse da administração, a atual Diretoria de Pessoal e Contabilidade deve sofrer transformação, para dedicar-se, exclusivamente, à contabilidade, deve e registro dos atos e fatos de natureza financeira, orçamentária e patrimonial do TC. Esta emenda não

traz qualquer aumento de despesas.

OK

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 05.

Art. 5º - da presente lei passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º - A elevação do funcionário efetivo à referência ou à classe imediatamente superior àquela que pertencer, dentro da mesma série de classe, bem como o seu ingresso inicial, será regulamentado por ato do Tribunal, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA
TRAJANO BASTOS
AMÉLIA HRUSCHKA
ORLANDO PESSUTI
PAULO FURIATTI

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estão em discussão o Substitutivo Geral e as Emendas.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS (Pela Ordem) -

Eu observei pela leitura da Emenda nº 5 que há uma discrepância quanto ao artigo alterado, porque o Diário da Assembléia, o mencionado Artigo 9º está numerado como artigo 8º. E uma contribuição que eu faço à Mesa. Há uma confusão aí com relação à designação dos artigos a serem alterados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao nobre Deputado que esta emenda é ao substitutivo geral.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Estou me baseando no Substitutivo Geral, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a Questão de Ordem. Continua em discussão o Substitutivo e as emendas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Pela Ordem) - Encaminhei à Mesa, Presidente, um requerimento, pedindo que a nova Mensagem do Governador fosse encaminhada à C.C.J. e não vi na leitura das emendas de plenário, nem levado em consideração por Vossa Excelência o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, com apoio do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando com base no Art. 129 e no Parágrafo 2º, do Art. 146, do Regimento Interno, a audiência da Comissão de Finanças sobre as Emendas aditivas ao Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, enviadas através da Mensagem Governamental

n.º 56/85, ao Projeto de Lei n.º 168/84, que reformulou a estrutura dos Serviços Administrativos do Tribunal de Contas do Estado.

Retirado pelo autor.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, eu só gostaria de colocar aqui, respeitando o posicionamento do Deputado Roberto Requião, de que foi adotado pelo Governo a Mensagem do Substitutivo Geral, aprovado pela C.C.J., pela Comissão de Finanças da Casa, tramitando por todas as Comissões. O Governo adotou exatamente aquilo que essas Comissões votaram no Substitutivo Geral. Parece-me, Senhor Presidente, que devolver a qualquer uma dessas Comissões seria um ato de deselegância até aos companheiros componentes destas comissões que já votaram já deram o seu parecer e portanto já foi analisada por essas comissões um projeto que já foi votado por ela no Substitutivo Geral, que o Governo diz claramente na sua Mensagem que adota o Substitutivo Geral da C.C.J.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Pela ordem, Senhor

Presidente. Atendendo este apelo à elegância do meu Líder e levando em consideração que esse projeto já está fulminado por falta de quorum constitucional na primeira votação, eu retiro o meu requerimento, uma vez que a nulidade absoluta grava a emenda do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere o fulminante pedido do Deputado Roberto Requião.

Continua em discussão, tem a palavra, pela ordem, o Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Início a discussão desta matéria, lembrando a presença, nesta tribuna, nesta sessão, do Ministro valdir Pires, que, por várias vezes, mencionou a necessidade da restauração da democracia neste País.

Devo dizer, inicialmente, que precisamos de uma vez por todas restaurar a República neste País, também. E a Federação também. E digo isto, Senhor Presidente. Senhores Deputados porque considero os Tribunais de Contas como órgãos autônomos sim, mas auxiliares do Poder que tem o dever de fiscalizar os demais Poderes. É o Poder Legislativo.

E por isso, tudo o que se relaciona aos Tribunais de Contas devem passar, inicialmente no primeiro passo pelo crivo deste Poder, porque assim determinam os princípios mais fundamentais do regime republicano.

Mas isto, Senhor Presidente, está superado, pelo menos no processo de tramitação irregular deste projeto de lei.

E eu devo me ater para respeitar o Regimento e analisar hoje este projeto de iniciativa do Executivo, ao qual a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa apresentou um Substitutivo Geral, de iniciativa do nobre Deputado Anibal Khury e ao qual, o que comprovam as minhas críticas que tenho feito em todas as reuniões que tenho participado para analisar este projeto de lei e seu Substitutivo Geral, o que comprovam

as minhas críticas é a apresentação hoje de uma série de quatro emendas, além da minha emenda, de minha iniciativa. Prova esta, que este projeto fere a técnica legislativa, e fere inclusive preceitos ou usos, ou costumes legislativos no que diz respeito à própria hierarquia das leis, porque misturam leis ou aspectos legais numa confusão e num caos que vai, naturalmente, dificultar a própria administração pública.

Nós fomos, como Deputado da Bancada do PMDB, indicados ainda na legislatura passada, digo melhor, no período legislativo passado, pela liderança do Deputado Nilso Sguarezi, encarregados de elaborar um estudo deste projeto de lei. Quero dizer aqui que foi um momento bastante infeliz, meu, nesta Casa, porque no sentido e no desejo de me aprofundar neste estudo, fui descobrir todas essas irregularidades, todas essas distorções, esses atentados à boa técnica legislativa e a preceitos os mais elementares de direito administrativo.

Mas procurei cumprir com o meu dever. Indicado para compor na Comissão junto com o Deputado Roberto Requião, com o Deputado Anibal Khury, dentro da bancada procurei cumprir com o meu dever e proporcionar à bancada uma posição adequada para podermos votar conscientemente a reestruturação do Tribunal de Contas.

Apresentei à bancada as minhas preocupações; levei essas preocupações ao nobre Conselheiro do Tribunal de Contas, Olivir Gabardo, que inclusive em reunião no meu escritório, afirmou que eu tinha amplamente razão num determinado dia.

No dia seguinte, infelizmente aquilo que havíamos combinado, isto é, criar-se uma Comissão de Deputados, de todas as bancadas, para fazermos uma emenda substitutiva ao Substitutivo Geral da C.C.J., tinha sido esquecido com menos de 24 horas de intervalo.

Apresentei à bancada, inclusive com a presença de Sua Excelência o Conselheiro Olivir Gabardo. Infelizmente, a nossa bancada não opinou, e por isto me sinto num dever — de consciência e até profissional, de vir aqui expor as minhas preocupações.

E entendo — entendo há muito tempo que os Tribunais de Contas, em especial o Tribunal de Contas do Paraná, precisam urgentemente uma reestruturação radical, porque deve ir nas raízes das suas múltiplas deficiências.

as. E, por que eu acho que precisa uma reestruturação? Porque o Tribunal de Contas recebeu recentemente um acúmulo de atribuições que é do conhecimento de todos os Srs. Deputados. Até há bem pouco tempo, o Tribunal de Contas apenas e exclusivamente procurava fiscalizar as contas dos órgãos públicos da administração direta do Governo do Estado e do governo de poucos municípios de que o Paraná possuía. E para isso ele foi estruturado em determinada época. Mas, hoje, o Tribunal de Contas do Paraná — como de resto de todos os Tribunais de Contas do Brasil — estão com suas atribuições muito mais acrescidas porque tem a incumbência também de fiscalizar todos os órgãos da administração indireta, não só do Governo do Estado do Paraná, como também, hoje, dos 311 municípios do Paraná.

O Tribunal de Contas do Paraná não está suficientemente estruturado para cumprir a sua nobre função de auxiliar deste Poder fiscalizador, que é o Poder Legislativo. E eu também tenho, e poderei trazer aqui um manancial de informações que provam e comprovam que o Tribunal, por não estar estruturado adequadamente, não está cumprindo com as suas funções.

Poderia aqui recordar todas as minhas incessantes, permanentes intervenções na Câmara Municipal de Vereadores em Curitiba, solicitando a participação do Tribunal de Contas para verificar os absurdos que eu constatei na administração municipal das quatro administrações com as quais convivi como Vereador de Curitiba. Inclusive em 1982, solicitei o apoio do Tribunal de Contas, para verificar a aplicação extraordinariamente irregular de recursos financeiros do Município de Curitiba na campanha eleitoral dos Srs. candidatos do PDS, mas nada nos foi permitido verificar, os desvios financeiros que eu poderia aqui relatar, como por exemplo a construção do Velódromo do Capanema, que por duas vezes, as administrações municipais de Curitiba tiveram que reestruturar os gastos financeiros pelos desvios de aplicação desses recursos naquela obra municipal.

Eu poderia aqui também trazer a saciedade dos processos irregulares que tomei conhecimento, como relator específico de determinados setores da administração do Estado do Paraná quando participei da Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa. Poderia aqui trazer a inoperância do Tribunal de Contas, não por culpa de seus funcionários, nem por culpa de seus Conselheiros, e sim por culpa da desatualizada estrutura organizacional deste importante órgão da administração estadual.

Eu poderia trazer aqui os processos que me chegam, não digo diuturnamente, mas me chegam a cada passo mostrando irregularidades em prestações de contas aprovadas pelo Tribunal de Contas.

Ainda ontem, ou anteontem, o nobre Deputado Rubens Bueno me encaminhou mais uma, que estou a estudar, para verificar até que ponto cabe a responsabilidade do Tribunal de Contas naquela irregular prestação de contas aprovada por este órgão, com relação a uma determinada prefeitura do Oeste do Paraná.

Sou daqueles, portanto, que tenho me preocupado na minha vida pública, pela reestruturação do Tribunal de Contas. E, por isto, venho aqui, desde há muito tempo, há um ano atrás, procurando dar minha contribuição. Porque foi de minha iniciativa, aprovada por toda a bancada, uma proposta que pedi para ser estudada de criação, visando a descentralização das atividades do Tribunal de Contas; uma proposta como já ocorre em muitos Estados brasileiros, pela criação do Conselho de Contas Municipais, fazendo uma divisão de trabalhos. Porque é impossível, como o próprio Presidente atual do Tribunal de Contas, afirma em documento que está em meu poder, há necessidade de maior especialização para poder o Tribunal de Contas prestar, eficazmente e eficientemente, as suas nobres funções.

Mas, vejam os Srs., o que vem neste projeto. Um projeto que já peca por misturar estruturação do órgão, criação de cargos e aumento salarial. Isto nunca vi em minha vida. Nunca vi uma mesma lei tratar temas díspares. Concordaria que a estruturação do órgão, isto é, a criação de novos órgãos, viesse no mesmo bojo da lei também a criação dos cargos necessários para que os órgãos cumpram com suas específicas funções. Mas vir aumento salarial na mesma lei é um absurdo dos maiores, e esta Casa está por aprovar, e que não fará bem ao prestígio desta Casa, fazer com que haja uma lei misturando assuntos que uns têm uma vida muito maior, como lei, e outros têm a vida apenas de quem sabe, pelo processo inflacionário efêmero que vive este País, uma vida efêmera de alguns meses e já precisa ser reformulada.

Mas, Senhores, vou procurar não usar este projeto de lei, usando a racionalidade. Porque este projeto de lei, na sua emenda substitutiva, é irracional. Trata primeiro do aumento salarial. Porque o art. 1.º, vejam bem Vossas Excelências, não trata de estabelecer o quadro de pessoal, porque o Anexo I se refere a uma tabela salarial, a tabela de escalonamento salarial vertical se refere apenas e exclusivamente, portanto, à questão salarial. Mas o artigo diz que é um novo quadro de pessoal.

Vamos analisar este projeto de lei segundo a racionalidade e por isto vamos pensar naquilo que deveria ser o artigo primeiro, que é a reestruturação do órgão. E isto é tratado apenas no artigo quinto, que foi agora modificado. Modificado em quê?

Porque o Conselheiro Olivir Gabardo ouviu minhas ponderações. Foi modificado, mas em parte. Reparem Vossas Excelências quais são os órgãos recém-criados? Das atividades-meio e não foi nada pensando em atividades-fim do Tribunal de Contas.

Vejam Vossas Excelências, procuram naturalmente estabelecer uma Diretoria de Recursos Humanos. Procuram estabelecer uma Diretoria de Comunicações e Relações Públicas. Agora parece que não é mais diretoria. Na emenda, transformaram em assessoria. Será possível que o Tribunal de Contas precisa uma assessoria especial de Relações Públicas e Comunicação?

O que tem o Tribunal de Contas, a não ser prestar o auxílio ao Poder Legislativo, para verificar a exação nas aplicações dos recursos financeiros do Estado? Mas criam também Coordenadorias de Processamento de Dados...

Otimo. Não podemos desprezar esta aplicação dos avanços tecnológicos desta área.

E aqui, agora, quero me deter: numa Coordenadoria de Engenharia. Conversando, discutindo com o nobre Conselheiro Olivir Gabardo, dizer a ele que o Tribunal de Contas não precisa de uma Coordenadoria de Engenharia. Porque inclusive — e agora faço uma análise global de tudo isto, uma lei que cria órgãos, diz qual a tarefa deste órgão. E nós não sabemos qual a tarefa deste órgão. Será que este órgão está sendo criado para completar a construção da sede do Tribunal de Contas? Parece que não.

Será que está órgão está sendo criado para quê? A lei não diz e devia dizer. Devia dizer e eu posso provar,

porque tenho a lei que criou a estrutura atual do Tribunal de Contas, e para cada órgão que já esteja mencionado, quer seja diretoria, quer seja assessoria, a lei estabelece quais são as suas funções. Estabelece com clareza quais são as funções de cada órgão criado.

Mas, eu disse ao Conselheiro Olivir Gabardo, o que o Tribunal de Contas precisa não é de uma assessoria, assessoria, uma Coordenadoria de Engenharia. O que o Tribunal de Contas precisa é de uma assessoria de apoio técnico, porque não é só de engenheiro que precisa o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas precisa também de economistas para dar também apoio técnico aos Auditores e Conselheiros.

O Tribunal de Contas precisa também de administradores públicos, economistas especializados em finanças públicas, como também precisa de administradores especializados na administração pública para dar assessoria efetiva aos senhores Auditores e Conselheiros.

E eu sugeri ao nobre Conselheiro que ao invés de Coordenadoria de Engenharia, se dissesse como ali na frente está dito, uma Coordenadoria de Apoio ao Plenário, e estabelecesse uma Coordenadoria de Apoio Técnico.

Tudo isto, portanto, está falho nesta lei. Não se sabe. Pedi que se fizesse a definição das funções de cada órgão destes e pedi que isto se podia fazer em 10, 15 dias e, quando pedi isto, foi no dia 10 de abril próximo passado, e hoje estamos no dia 8.

Portanto, isto faz um mês. Isto já poderia ter sido feito, mas não foi porque não havia interesse de fazer uma lei escoreita, uma lei decente, uma lei racionalizada.

Portanto, a estrutura, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do órgão, a mim não é satisfatória. Está completamente, continuará o Tribunal de Contas inadequado para cumprir as suas funções.

Mas, vamos ao segundo ponto. O segundo ponto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e quanto ao quadro de pessoal.

Naturalmente, se tivéssemos feito uma estruturação tal e qual para o Tribunal de Contas, coerente com suas necessidades; coerente com o momento em que vivemos, iríamos estabelecer um quadro de pessoal adequado às suas finalidades. Mas isto não foi feito.

O artigo segundo com seu Anexo, também de número dois, estabelece o quadro de pessoal do Tribunal de Contas.

Lá estão as categorias funcionais, as classes de referências, o número de servidores de cada uma delas, os níveis. Isto deveria ser o Anexo I, se nós quiséssemos começar a lei pela estruturação do quadro de pessoal.

E a lei, o substitutivo que estamos a discutir, apresenta este quadro. Apenas diz que ficam criados os quadros que não estão na estrutura antiga e estão no novo, mas não extingue os que estão no velho e isto deveria ficar expresso.

Mas, se estabelece o quadro no Anexo II, pasmem os Srs. Deputados, em artigos posteriores, criam outros cargos. Criam o cargo de Consultor Técnico que a

gente não sabe para quem deve se dirigir, porque a lei não diz. Esta lei não diz qual a habilitação profissional para ser Consultor Técnico. Não diz quando isto é obrigatório para termos uma lei escoreita. Cria-se o cargo de Consultor Técnico, deve dizer que o acesso a esta nova carreira dentro do órgão deve dizer que a ela devem ter acesso os profissionais, por exemplo, a nível superior, que tenham tais e quais qualificações. Não cria o cargo de engenheiro. Cria o órgão de engenharia, mas não cria o cargo de engenheiro. Cria o órgão de relações públicas de comunicação, e não cria o cargo para o exercício desta função que deve ser peculiar a determinada classe funcional.

É uma aberração em cima de outra aberração. E tudo isto foi dito há mais de um mês e oficialmente no dia 10/04/85.

Quisera eu procurar ajudar na reordenação deste Substitutivo Geral, mas esta Casa não me ouviu, nem a minha bancada infelizmente, e eu tive então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que cumprindo um dever com a minha consciência, segunda vez e eu me penitencio por isto, mas eu tive por um dever de consciência, ter que registrar nestes Anais, todo trabalho que fiz com uma assessoria pessoal, inclusive de funcionários do próprio Tribunal de Contas, que eu, evidentemente, não vou mencioná-los, mas trabalhando de dia e de noite para analisar este projeto, para oferecer à Casa alguma coisa bastante racional e oferecer ao Governador, como tive oportunidade de dizer a ele que eu com o meu voto não vou colocar na sua mesa, ao meu Governador, uma lei tão irregular, tão desequilibrada, tão mal feita, porque eu não quero levar como Deputado, esta responsabilidade.

E por isto, Sr. Presidente, levando em conta a necessidade urgente de atualizar os salários dos Srs. Funcionários do Tribunal de Contas, resolvi apresentar a Emenda Substitutiva, ao Substitutivo Geral da C.C.J., que se atém, única e exclusivamente, a analisar o problema salarial dos funcionários, deixando os aspectos organizacionais, os aspectos ligados ao quadro de pessoal, deixássemos para que, em conjunto, este Poder com seu órgão auxiliar o Tribunal de Contas, durante N dias, durante 60 dias, que a gente analisasse profundamente a nova estrutura que o Tribunal de Contas precisa, e baseada nesta estrutura organizacional, estabelecêssemos um novo quadro, todos eles, estrutura e quadro de pessoal, perfeitamente condizentes com o momento que o Tribunal de Contas vive e que a sociedade espera.

Apresentamos, então, Sr. Presidente, Emenda Substitutiva Geral que se atém o seu artigo primeiro a estabelecer aumento salarial dos srs. funcionários.

Esse artigo primeiro, diz que os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas do Paraná, são fixados com base nos vencimentos do cargo mais alto da atual estrutura que é Técnico de Controle Externo PC-100/1, observando os índices percentuais numa escala, numa tabela que define o escalonamento salarial que tivemos o trabalho apoiado com a nossa assessoria pessoal de restabelecer o segundo quadro hoje vigente no Tribunal de Contas.

Fizemos o anexo um, dizendo quais os cargos que ganham cem por cento daquele que serviu de base para

O escalonamento vertical indo reduzindo à medida que a estrutura do quadro fosse decrescendo.

E evidente que o parágrafo único acolhendo sugestão do Presidente do Tribunal de Contas, nós atualizamos o valor salarial do cargo mais elevado. Fizemos como devíamos fazer a afirmação do artigo segundo, de que as despesas deveriam ocorrer pelo orçamento próprio do Tribunal e o artigo terceiro retroagindo o aumento salarial para 01 de janeiro deste ano, que é extraordinariamente justo.

Fica aqui, Sr. Presidente, nos Anais da Casa, a nossa posição, mesmo com as emendas apresentadas pelo nobre Líder da minha bancada, Deputado Caíto Quintana, mesmo com as suas emendas que apenas e exclusivamente, excluem deste projeto de lei as inconstitucionalidades que havíamos apontado e que já é do conhecimento de todos os senhores, porque ela foi, inclusive, base para vários pronunciamentos nesta Casa, anteriores, inclusive pronunciamentos do nobre Deputado Roberto Requião, inconstitucionalidades que estão sendo expurgadas deste projeto de lei neste Substitutivo Geral, mas que não me satisfazem, porque apenas escolham o Substitutivo das inconstitucionalidades por nós apontadas, mas não corrigem as distorções e os desequilíbrios por nós apontados, e que acabo de apontar nesta Casa, para registro nos Anais, para registro de que estamos aqui para cumprir o nosso dever...

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — ... dever para com esta Casa, dever para com o Governo do PMDB, dever inclusive pessoal, de não deixar o Governador incutir em erros, dever para com o povo do meu Estado.

E não estou aqui para deixar a coisa passar, eu não quero estar Deputado, quero ser Deputado.

Concedo o aparte a quem havia solicitado antes do Deputado Requião.

O Sr. Tércio Albuquerque — Meu caro Deputado, atentamente ouvi as explicações de Vossa Excelência, e desejo, não analisar o fato com referência ao projeto de lei, às emendas que estamos discutindo e votando. Entretanto, eu gostaria de dizer a Vossa Excelência, que no início de suas explicações, pecou ao generalizar desvio de dinheiro, por parte do PDS.

Eu faço parte deste partido político, estou desligado da bancada, faço um desafio, já que Vossa Excelência generalizou, quais os desvios que foram feitos e que nós participamos. Acho que Vossa Excelência pecou pela emoção de discutir, com brilhantismo, o projeto que Vossa Excelência faz, agora, porque nós nunca recebemos.

Se houve algum desvio de dinheiro, deve ter ficado pelo caminho, porque na minha região não chegou, não conheço os desvios. Fiz parte da Comissão de Inquérito que Vossa Excelência fez, saí por motivo do partido ter decidido a saída de todos os membros, permaneci, vi alguns fatos errados, inclusive do atual Governo, e Vossa Excelência deveria enumerar os

desvios, quem desviou e onde estão os que desviaram, porque no meu partido, não estão.

Eu não conheço desvio algum que tenha chego à minha região.

No mais, Vossa Excelência está fazendo um brilhante pronunciamento da tribuna, e desejo parabenizá-lo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e tenho apenas a dizer que, se Vossa Excelência interpretou no sentido de que afirmei generalidades, não foi a minha intenção. A minha intenção foi dar exemplos específicos e citei dois ou três, e que não é o momento de trazer a Vossa Excelência, vou preparar, no que se refere aos eventos mais próximos, porque não estou nesta Casa para rememorar aspectos de administrações passadas, como o caso do Velódromo do Capanema, mas trarei aqui, por exemplo, o caso de uma ponte que não foi construída e que no entanto foi aprovada a conta, e que trouxeram ao conhecimento há poucos dias atrás.

Devido ao tempo, quero ouvir...

O Sr. Tércio Albuquerque — Só quero dizer a Vossa Excelência que, se atacou o Governo, ponham na cadeia os ladrões.

O SR. ADHAIL SPERNGER PASSOS — Quero ouvir o aparte do nobre Deputado Roberto Requião.

➔ O Sr. Roberto Requião — Deputado Adhail Passos, mesmo que não adiante, é preciso fazer alguma coisa.

A citação é dos ensinamentos de Confúcio, muitos anos antes, alguns milhares de anos antes de ter nascido Jesus Cristo. Não havia, na época da citação de Confúcio, a tripartição dos poderes.

Vossa Excelência hoje, mesmo verificando que sem haver um único Deputado que sustente esta barbaridade deste arranjo, deste acerto de interesses no Tribunal de Contas, Vossa Excelência sustenta a posição dos interesses populares; quando ninguém sustenta a barbaridade que a pressão política faz com que esta Assembléia se dobre e vote.

Congratulo-me com Vossa Excelência, que exerce no Poder Legislativo o seu dever de fiscalizar as atitudes do Executivo e de velar pelo interesse público. Vossa Excelência deixou claro, extremamente claro, que não estamos aprovando nesta tarde, uma reforma do Tribunal de Contas, estamos aprovando para utilizar o vocabulário de um filme recente que assisti ali no novo cinema da Fundação Cultural, na Rua XV, estamos aprovando uma super-fábula, sem que ninguém tenha a coragem e a dignidade de defender a barbaridade.

A pressão que vem de todos os lados, que vem do Executivo, que vem dos amigos antigos, que vem dos compadres, dobra esta Assembléia.

Mas, Vossa Excelência, mesmo que não adiante nada, coloca sua posição e conta com a solidariedade de alguns Deputados. Marcaremos a nossa passagem nesta Casa, com a esperança, Deputado Adhail Passos, com a esperança de que o estado de direito, que é o estado constitucionalmente contido, ao fim e ao cabo, fulmine nos Tribunais esta barbaridade, que não serve à Assembléia, que não serve ao Tribunal de Contas, que não serve ao Executivo, que não serve à Nova República e às mudanças, mas que perpetua o compadrio, o arranjo,

a artimanha e o raposismo na Assembléia Legislativa do Paraná.

A minha solidariedade, Adhail Sprenger Passos, Deputado do povo, é a solidariedade do povo a quem Vossa Excelência também representa nesta tarde.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu é que agradeço o seu aparte, e concluo, Sr. Presidente.

Ouvira atentamente as emendas apresentadas pelo nobre Deputado Caíto Quintana, Líder da minha bancada. Eu quero aqui declarar que, muito embora elas corrijam aspectos, poucos aspectos dentre os muitos que deveriam ser corrigidos, eu terei, por força de minha consciência, que votar contra este projeto de lei.

E, por outro lado, deixar aqui registrado, este meu lamento, de que não pude dar a minha contribuição mais efetiva e mais eficaz, para que esta Casa pudesse ver aprovado um projeto de lei que honrasse esta Casa, que honrasse o trabalho diuturno dos Srs. Deputados, dos funcionários desta Casa e que expressasse, inclusive, a capacidade — que não ponho em dúvida, de todos aqueles que poderiam, de certa forma, contribuir para que tivéssemos uma lei, como já disse, que servisse para honrar o Poder Legislativo e que fosse uma lei que estivesse, de fato, defendendo os altos e sacrossantos interesses do povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Com a palavra, o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de deixar claro que a bancada do PMDB não tomou posição a respeito da matéria que estamos votando, muito embora tenhamos uma comissão formada há quase um ano, para fornecer o parecer a respeito desse projeto do Tribunal de Contas, até o presente momento, a nossa bancada não o discutiu e não deliberou sobre ele.

Exerço a liderança da minha bancada com um mês, aproximadamente. Por consequência, assumindo um problema que já vem no andamento desta bancada por este projeto.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se ocupo a tribuna neste instante, para encaminhamento, em respeito aos meus companheiros do PMDB que, como eu, acreditam que o presente projeto de lei de autoria do Executivo, não é tão inconstitucional, muito menos imoral, porque se o fosse, não estaríamos votando nele.

Até o presente instante, ouvimos, temos obrigação, no entanto, neste instante de fazermos o nosso posicionamento em defesa do projeto governamental que levou o número 168, por respeito e pelo respeito aos Deputados desta Casa que votarem nele. Porque o campo jurídico sempre foi polêmico, e sempre gerou debates dos mais profundos, dos mais acalorados, porque a mesma lei que acusa, fornece instrumentos para defesa. Sempre foi assim, sempre será assim.

Na oportunidade em que se vai discutir o quadro de pessoal do Tribunal de Contas, quero trazer algumas considerações sobre o documento que interessa àquela Corte.

Essas considerações, de forma ordenada, obedecem as duas dimensões básicas, corporificando detalhamento sobre matéria financeira e integrante do curriculum da competência do Governador do Estado, e algumas informações sobre o modelo orgânico do Tribunal de Contas.

Nesse núcleo cabe colocar em linha de evidência, com base no texto constitucional, a exclusiva competência do Presidente da República, e do Governador do Estado, para tratar de matéria de assunto financeiro. A exclusividade de tais autoridades do campo de iniciativa de leis que se situem nessa área é assunto já consagrado no âmbito da análise científica do Direito e no processo decisório dos Tribunais, ainda que discutível em seus aspectos fundamentais.

Essa Legislação, indiscutível e infelizmente faz parte do sistema de força que orientou a elaboração das leis e das normas constitucionais dos últimos anos. A Constituinte, conquista que a sociedade como um todo exige como instrumento revisor do tal quadro institucional do País, com certeza corrigirá essa distorção e eliminará o entulho legiferante do regime autoritário. (Lê):

Sob essa ótica, são oportunas e relevantes as colocações que vêm sendo feitas pelo eminente Deputado Roberto Requião, a propósito do encaminhamento de matérias do Tribunal de Contas, pelo Executivo, as quais constituem excelente referencial para o futuro aperfeiçoamento e democratização da Constituição, tarefa de responsabilidade de todos aqueles que querem fazer a Nova República.

A Constituição Federal, ao tratar do assunto, no âmbito do Governo Central, dispõe:

“Art. 27 — É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa de leis que:

- I — disponham sobre matéria financeira;
- II — criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública”.

A Constituição do Paraná, ao longo de capítulos próprios, reza:

Art. 21 — Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador:

- I — legislar sobre matérias de competência do Estado.

Art. 25 — A iniciativa de leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais estatais, nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º — É da competência exclusiva do Governador a iniciativa de leis que:

- a) disponham sobre matéria financeira;
- b) criem cargos, funções ou empregos públicos, ou aumentem vencimentos ou a despesa pública.

Art. 47 — Compete privativamente ao Governador:

- I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos,

aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa, bem como fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar.

À luz das disposições constitucionais invocadas e coerentes como o modelo administrativo vigente há longos anos, os Poderes Legislativo e Judiciário vêm, tradicionalmente, encaminhando preliminarmente ao Poder Executivo, para estudo e verificação da capacidade financeira do Estado, as suas propostas de remodelações orgânicas estruturas de cargos e aumento de vencimentos.

Exemplos mais concretos e recentes, Srs. Deputados, são as leis números 7784 e 7881, de 14 de 12 de 83, e de 26 de 07 de 84, respectivamente, e aprovadas nesta Casa, que tratam respectivamente dos quadros do pessoal do Tribunal de Justiça e Assembléia Legislativa e do Tribunal de Alçada.

A atitude, portanto, do Tribunal de Contas, por remeter inicialmente ao Governador a proposta de alteração de seus quadros de pessoal, antes de constituir qualquer precipitação ou questionamento dos poderes do Legislativo, ou de demonstrar vínculo de subordinação ao Executivo, procurou manter a obediência ao texto constitucional e à mecânica procedimental já consagrada, no tempo e no espaço.

As pequenas alterações propostas no bojo do quadro de pessoal, referentes à criação de dispensáveis compartimentos administrativos visam a proporcionar ao Tribunal de Contas, de forma emergencial, o aperfeiçoamento e o melhor encaminhamento das atribuições que lhe são cometidas, pela Constituição e Leis Específicas. Não tem a virtude de se identificar como reforma, na exata dimensão da terminologia, haja vista que demandaria tempo e aprofundados estudos envolvendo aí a Lei de Organização do Tribunal de Contas, o seu Regimento Interno, a análise constitucional e bem assim pelas exigências de um documento reformista desta natureza. Não seria lógico e oportuno colocá-lo de forma simples e modesta, que caracteriza este que analisamos.

Quanto a este tópico, há que se destacar também a tese do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, e se proceder ampla reforma estrutural do Tribunal de Contas, para ajustá-lo e prepará-lo melhor para o controle técnico da administração.

Não resta a menor dúvida de que, ao longo do tempo, essa necessidade deve ser satisfeita: não resta dúvida também, que a proposta hoje aqui votada, não inviabiliza uma reforma maior no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A proposta, no entanto, poderá apresentar resultados mais concretos, quando da nova carta, resultante da Constituinte, onde, além do resgate das prerrogativas do Legislativo, a ampliação da faixa de competência do controle externo permitirá maior amplitude de participação do Poder Legislativo no acompanhamento dos gastos governamentais.

Na verdade, o quadro do Tribunal de Contas tem como objetivo fundamental, no atual contexto do trabalho fiscalizador da instituição, proporcionar melhores condições funcionais aos seus servidores, à semelhança da existente nos demais Poderes do Estado,

e permitir-lhe ampla coordenação e oportunidade para se firmarem no sentido profissional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acusações pesadas, evidentemente pelo espírito inflamado da oratória dos componentes desta Casa, acusam a mensagem como se o próprio Governador José Richa tivesse mandado para essa Assembléia, uma aberração constitucional.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a nossa Constituição necessita urgentemente de uma reformulação.

Acredito na Constituinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque ela reordenará o mundo jurídico a que estamos impostos a viver.

Reconheço que trata o Artigo 115 da Constituição Federal, quando diz que compete aos Tribunais eleger seus Presidentes e demais titulares de direção, observando o disposto na Lei Orgânica da Magistratura, bem como, submeter à Assembléia Legislativa os seus cargos.

Só que, não podemos concordar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no conflito da própria Constituição, quando diz a Constituição que a Assembléia Legislativa reorganiza os seus quadros, os Tribunais também o fazem, enviando ao Legislativo, nós temos os artigos da Constituição Federal e Estadual, que nos dizem claro que, aumentando ou diminuindo a receita, há uma competência exclusiva do Governado do Estado do Paraná, e esse não é fato novo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos aqui a Lei 7784, altera o Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça e da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta lei foi enviada pelo Executivo, assinada pelo Governador José Richa e pelo Secretário José Olímpio de Paula Xavier, nos mesmos moldes de que está sendo enviado agora a Mensagem de modificação do Tribunal de Contas, iniciativa do Executivo.

O Deputado Adhail nos conta que há uma aberração jurídica nesta, do Tribunal de Justiça, porque ela está desordenada, desencontrada, no entanto nós vemos nesta que foi aprovada, da Assembléia Legislativa, desta Casa, portanto, que nos norteia a nós aqui internamente, no seu artigo 16, dizer claramente o mesmo que é o inicial da lei que estamos votando. Os Srs. acompanhem no texto que têm à sua frente, da Lei 168, só que aquela, diz em seu artigo primeiro, essa diz no seu artigo 16:

O Quadro de Pessoal efetivo da Assembléia Legislativa do Paraná passa a ser o constante do Anexo I da presente lei.

A mesma coisa que consta na Lei 168. O seu artigo 17, é que vai dizer que a denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertence, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser os constantes dos Anexos II, III e IV na Lei 178, no seu artigo segundo, diz exatamente a mesma coisa.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eu agradeço a concessão de Vossa Excelência. Queria dizer, neste aparte, que tive a felicidade de não ter sido indicado pela minha bancada, para estudar os

projetos de lei que Vossa Excelência está a mencionar.

Lamento que esta Casa esteja conduzida a persistir nos erros, ao aprovar a lei agora referida, do Tribunal de Contas. E devo dizer a Vossa Excelência que isto me leva inclusive a um comportamento diferente, nesta Casa, porque sinto a necessidade de tomar mais cuidado com relação a certas leis que tramitam nesta Casa, porque elas estão sendo aprovadas com erros, os mais crassos, os mais elementares.

Um erro não justifica outro.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Concordo com Vossa

Excelência, e espero, inclusive, que a Comissão de Constituição e Justiça, nesta Casa, barre lá todos os projetos de lei inconstitucionais, embora eu tenha convicção plena, e por isto voto favoravelmente ao Projeto 168, por não acreditar, vício de inconstitucionalidade nele, baseado no que dispõe a Constituição do Estado do Paraná e a Constituição Federal que, embora eu a conteste, e a Constituinte deverá reformular isto, mas ela impõe, como condição SINE QUA NON, para o início de leis que alterem receita ou a despesa, a exclusividade para o Poder Executivo. E é exatamente isso que está sendo cumprido, nesta lei.

Para concluir Sr. Presidente, Srs. Deputados, digo que, havia algumas coisas a retirar neste projeto e nós o fizemos, por Emenda Supressiva, que serão votadas em Plenário, e eu gostaria de contar com o apoio dos Srs. Deputados, principalmente no seu artigo 14 e no artigo 16, porque esses sim, feriam os interesses do Legislativo.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Caíto Quintana, a discussão, constitucional ou inconstitucional deste projeto, já se aprofundou tanto do lado positivo, quando do lado negativo. Mas, o que me causa mais espécie, no momento, é este o ponto porque lhe solicitei o aparte, é que nós tivemos feito uma reunião da bancada e nesta reunião termos constituído uma comissão para estudar aprofundadamente a questão e o parecer desta Comissão, esteja sendo contestado por Vossa Excelência, porque se delegamos, em reunião de bancada, autoridade aos Deputados Roberto Requião, Anibal Khury e Adhail Sprenger Passos, para se aprofundarem nesta questão e emitirem seu parecer, é o parecer e a posição do Deputado Adhail Sprenger Passos exposta com clareza da tribuna desta Assembléia, até por ter sido ele, numa posição delegada pela bancada, deveria se respeitar o seu ponto de vista.

Por conseguinte, votarei contra a aprovação deste projeto, de acordo com a credibilidade que a bancada deu à Comissão constituída pelo Deputado Anibal Khury, Roberto Requião e Deputado Adhail Sprenger Passos, porque se assim não fosse, Deputado Caíto Quintana, era melhor que não reuníssemos mais a bancada para decidirmos coisa nenhuma.

Obrigado pelo aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Só para colocar que a

Comissão fez o seu parecer, e no entanto, a bancada do PMDB nunca deliberou sobre o assunto, e por isso mesmo, nossa bancada está votando cada um de acordo com o seu pensamento jurídico. Não estamos desrespeitando decisão de bancada. Houve apenas um estudo feito, que eu respeito, acho profundo, só que diversos Deputados dessa bancada têm um parecer jurídico diferenciado.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Caíto Quintana, acho que Vossa Excelência acaba de me convencer. Este projeto é um projeto meio inconstitucional, meio ilegal, faz uma meia reforma administrativa, logo, eu adianto à consequência lógica da análise que Vossa Excelência está fazendo da tribuna.

Este projeto deve ser derrubado nesta Assembléia, porque não estamos aqui para meias medidas.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Para encerrar, Sr. Presidente,

Srs. Deputados, acredito ter colocado, desta tribuna, as razões pelas quais votamos favoravelmente ao Projeto 168, por acreditar na sua constitucionalidade, por respeitarmos a Constituição vigente, embora tenhamos sérias restrições sobre ela, e esperamos que a Constituinte venha reformular esse quadro que nos obriga a cumprir a origem das leis no Executivo, quando se tratar de matéria financeira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. TADEU FRANÇA — (Para discutir) Sr.

Presidente, Srs. Deputados.

O Tribunal de Contas, em nossa avaliação a partir do instante em que no passado, através de uma iniciativa, através de uma Emenda do Deputado Erondy Erondy Silvério, na época, na condição de Líder do Governador Ney Braga, criou a imoralidade da aposentadoria aos quinze anos, medida essa suficientemente condenada pelo Supremo Tribunal Federal.

Quer nos parecer, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, que a partir de então, dentro de uma proposta de total anuência e omissão pela qual o maior responsável foi, é, e continuará sendo o Líder do PFL, o Sr. Ney Braga, em função do pleno acordo, da plena anuência, um exemplo apenas para justificarmos certos termos que usamos como por exemplo entulho flutuante, que me parece que alguém repeia, mas para demonstrar que a característica do entulho é de acordo com conveniências maiores, proposta esta que foi praticada...

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, pelo que estamos assistindo, o nobre orador que se encontra na tribuna foi para discutir um projeto de lei que está sendo votado. Está desvirtuando e mudando o seu comportamento desta tribuna.

Peço a Vossa Excelência que retifique a fim de que

ele discuta o projeto.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa solicita ao nobre Deputado Tadeu França, que se atenha à discussão da matéria.

O SR. TADEU FRANÇA – Estamos exatamente tratando da questão ligada ao Tribunal de Contas. E quer me parecer que nenhum fato politicamente deve ser analisado, considerado numa perspectiva meramente sincrônica. Entendemos a dinâmica política através de uma perspectiva diacrônica. E é por esta razão que não consigo entender o porquê do Deputado Gilberto Carvalho, ... (tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa solicita ao Deputado Tadeu França que se mantenha na linha de discussão do projeto que está em discussão.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO – (Pela Ordem) Sr. Presidente, nós ultrapassamos o período da censura, não posso calar-me ou silenciar quando colegas pretendem censurar a maneira escoreita de se pronunciar do Deputado Tadeu França.

A palavra incompetente é adotada nos nossos dicionários e ele é responsável, suficiente, para decliná-la ao seu modo e a seu prazer...

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Tadeu França. Continua com a palavra o Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é por esta razão e feitas as considerações em termos de um breve histórico, que por si mesmo justifica o porquê de medidas alusivas e pertinentes ao Tribunal de Contas sempre passaram a ser vistas como objeto em torno do qual devem ser feitos os mais apurados estudos. Até mesmo porque, a própria história, a própria perspectiva diacrônica por todos nós aqui, efetivamente constatadas, faz com que estereótipos sejam até mesmo criados em torno de certas estruturas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de enfatizar e fazer um apelo destinado – e tomamos a liberdade de endereçar ao Líder da nossa Bancada, Deputado Caíto Quintana, parlamentar por quem temos a maior estima, a maior consideração, o maior apreço. Nobre Líder, de acordo com uma proposta aprovada internamente pela bancada do PMDB, foi instituída uma Comissão Especial com o fim de analisar e reformular a estrutura administrativa do Tribunal de Contas e em consequência o quadro de pessoal.

Segundo esta proposta aprovada internamente por nossa bancada, os Deputados Roberto Requião, Adhail Sprenger Passos e Anibal Khury, de comum acordo, ficaram de certa forma a presidir a toda e qualquer diretriz que passaria portanto a ser objeto especial de análise e posicionamento por todos nós.

E as emendas propostas por Vossa Excelência, nobre Líder, gostaríamos que elas fossem prioritariamente, encaminhadas a esta Comissão, para que esta Comissão, fazendo um estudo apurado,

aprofundado, tivesse, segundo a delegação de poderes que a bancada lhes outorgou, razões maiores e mais intensas para uma análise profunda e apresentação das conclusões.

E por esta razão, que falando apenas em meu nome pessoal, neste instante, o meu voto, nesta matéria, faço questão de declarar e enfatizar ou antecipadamente justificar: em função de uma comissão que foi constituída e que nos parece – salvo engano, que esta comissão não analisou em profundidade as emendas, as emendas são de autoria de Vossa Excelência, nós gostaríamos que essas emendas fossem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, retiradas e encaminhadas a essa Comissão, até mesmo porque no atual estágio em que estamos, até mesmo por uma questão de coerência, por uma questão de ética, por uma questão de ordem que foi celebrada internamente entre nós, mas, que deve ser assegurada, nós deveríamos passar por este procedimento.

Com toda a sinceridade, apesar de pretendermos emprestar nossa sincera e não demagógica contribuição em termos de uma estruturação adequada ao Tribunal de Contas, por uma questão de coerência e anuência com nossos companheiros, caso a matéria venha a ser votada, votaremos contrariamente.

De qualquer maneira, faço questão de enfatizar que, numa discussão profunda e ampla, coordenada por esta comissão, desde que as razões por este canal que nós espontaneamente elegemos, efetivamente o posicionamento poderia ser outro, desde que houvesse uma persuasão segundo critérios que foram ouvidos por todos nós.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Tadeu França, as argumentações que estão sendo levantadas nesta Assembléia Legislativa, são argumentações que foram levantadas na Bancada do PMDB.

E esta bancada designou uma comissão para estudar o problema e para que então tirássemos uma posição dessa discussão.

No mínimo este projeto é discutível. As argumentações de inconstitucionalidade foram fundamentadas por várias sessões. E eu, como Deputado do PMDB, como Deputado comprometido com as questões populares, quero aqui dizer que meu voto é pela maioria da comissão representativa dos Deputados do PMDB, que é contrariamente ao projeto.

Muito obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA – Deputado Paulo Furiatti, o seu aparte elucida e vem de encontro a uma posição que também estamos externando. Em função da colocação da maioria da comissão, constituída para tanto, é que declinaremos o nosso voto, que caso venha a ser de fato objeto de apreciação desta matéria, nessa sessão plenária, votaremos contrariamente.

Entretanto, não nos consta que as emendas que foram apresentadas tenham sido objeto de discussão mais aprofundada, não apenas por nós Parlamentares da bancada, de um modo geral, como até mesmo

pela comissão especificamente constituída para tal fim.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Tadeu França, Vossa Excelência se referia agora à matéria. Mas, nós temos um artigo desta Mensagem, que não trata exatamente de matéria, mas de hectoplasma.

É o artigo 14, onde por trás das disposições legalmente estabelecidas, aparece a figura de um fantasma. Um datilógrafo que se materializará, aprovada a mensagem, como médico do Tribunal de Contas.

Então, gostaria que Vossa Excelência ao se referir ao projeto, não o chamasse de matéria, mas de matéria hectoplasmática, porque a materialização do personagem só se dará no momento em que depois de ser aprovada a barbaridade pela Assembléia, for sancionada pelo Governador.

O SR. TADEU FRANÇA — Por razões como estas, até mesmo porque no mundo empírico do universo concreto, até mesmo porque, em se tratando de questões de relevada transcendência, fica difícil um posicionamento em função de perspectivas que deveriam pertencer ao universo das idéias escritas por Platão, é que não temos efetivamente condições, ressalvadas as características e as circunstâncias que apresentamos, de votar favoravelmente a esse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Passa-se à votação.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando a preferência de discussão e votação da Emenda Substitutiva ao Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei n.º 168/84. — Rejeitado.

A Mesa informa que não há emenda ao Substitutivo Geral e a emenda será à Mensagem Governamental.

Em discussão e em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Em votação o Substitutivo Geral da C.C.J.

A Mesa adverte que aprovação deste Substitutivo prejudicaria o Substitutivo de autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos.

Em votação o Substitutivo. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Requeiro verificação de votação e a proclamação numérica do resultado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa defere e vai proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

A Mesa anuncia o requerimento do Deputado Caíto Quintana, que requer a prorrogação da Ordem do Dia, por 60 minutos.

Em discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão. —

Aprovado.

Vai se proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam à chamada nominal, 42 Srs.

Deputados.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, para verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. A Mesa está votando o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. 25 Srs. Deputados aprovam o projeto.

Os Srs. Deputados que rejeitam o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, queiram levantar-se.

9 Srs. Deputados rejeitam o Substitutivo. Aprovado o Substitutivo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela Ordem) Queria levantar uma questão de ordem com base no artigo 83, parágrafo segundo da Constituição Estadual, que exige maioria absoluta de votos para a aprovação do projeto.

O projeto, não tendo alcançado os 30 votos da maioria absoluta, foi portanto rejeitado.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado Roberto Requião, que a Questão de Ordem solicitada por Vossa Excelência neste momento, já foi decidida na sessão anterior.

O substitutivo é aprovado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, requeiro então, que a minha Questão de Ordem seja registrada em livro próprio.

O SR. PRESIDENTE — Já está anotado a sua Questão de Ordem, na Ata e no Diário da Assembléia.

Votação da emenda sugerida pelo Excelentíssimo Sr. Governador José Richa. Em votação. **Aprovada, por unanimidade.**

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa vai registrar o seu voto.

Em votação a emenda apresentada pelo Deputado Caíto Quintana, já lida pelo Sr. 1.º Secretário. Em votação. — **Aprovada, por unanimidade.**

Em votação a emenda apresentada pelo Sr. Deputado Caíto Quintana. Em votação. **Aprovada,**

por unanimidade.

Em votação a emenda apresentada pelo Deputado Caíto Quintana. Em votação. **Aprovada, por unanimidade.**

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO – (Pela **Ordem**) Só para registrar que o Deputado Osvaldo Alencar Furtado vota contra tudo isto aí.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa, apesar de não ter votado ainda as emendas, vai registrar seu voto contra todas elas.

Em votação emenda do Deputado Caíto Quintana. Em votação. **Aprovada.**

Em votação emenda do Deputado Caíto Quintana. Em votação. **Aprovada.**

Face a aprovação do Substitutivo Geral e das emendas, a Mesa considera prejudicado o Substitutivo de autoria do Deputado Adhail Spernger Passos.

O projeto irá à Terceira Discussão.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 333/84, de autoria do Deputado PÉRICLES PACHECO DA SILVA, que declara de utilidade pública a entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPECIONAIS, de Telêmaco Borba, com sede e foro em Telêmaco Borba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. – **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 39/85, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI e OUTROS, que denomina PRESIDENTE TANCREDO NEVES o prédio em construção que servirá aos Gabinetes dos Srs. Deputados. Sem Parecer. Em Regime de Urgência. – **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 31, de 25.04.85).**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 247/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA 12 DE OUTUBRO, com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 93, de 25/09/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 247/84

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Centro de Integração Comunitária 12 de Outubro, com sede e foro em Mal. Cândido Rondon, Estado do Paraná.

O processo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal que tenha a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão porque opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente
GILBERTO CARVALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 258/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo destinar, as dependências do imóvel de propriedade do Estado, constituído pelas instalações da antiga FÁBRICA DE VELAS, localizado no Centro Cívico, para implantação do Centro de Triagem e Oficinas de Orientação para o Trabalho de Menores Carentes e dá outras providências. Com Parecer Contrário da C.C.J., por unanimidade. – (Publicado no D.A. n.º 98, de 03/10/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 258/84

PARECER:

O Deputado Osvaldo Alencar Furtado propõe que se dê autorização ao Poder Executivo para que o mesmo implante um Centro de Triagem e Oficinas de Orientação para o Trabalho de Menores Carentes, nas dependências do imóvel de propriedade do Estado, constituído pelas instalações da antiga Fábrica de Velas, localizado no Cívico.

É inegável que a intenção do ilustre parlamentar é das mais elogiáveis e humanas. Porém, o projeto de lei é inconstitucional.

A iniciativa implica no aumento da despesa pública e a Constituição em vigor estabelece que é do Poder Executivo o privilégio da iniciativa de leis que redundem no aumento da despesa ou diminuição de arrecadação.

Improcedente também a alegação de que se trata de mera autorização ao Poder Executivo para realizar ou não o contido no projeto de lei. O caráter autorizatório desaparece ante o texto do art. 2.º, onde está expressamente estabelecido o prazo de trinta dias para que o Executivo regulamente o disposto no art. 1.º.

Somos pois, pela rejeição do projeto, ante a sua inconstitucionalidade, e também pelo fato de o Plano Diretor do Centro Cívico prever a construção no imóvel de três edifícios similares aos já existentes na área.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente
EDMAR LUIZ COSTA – Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 258/84, de sua autoria, o qual se encontra na Ordem do Dia da sessão de hoje, em Primeira Discussão, com parecer contrário da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.** – À Diretoria Legislativa.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 286/84, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que revoga o Art. 1.º da Lei n.º 7787, de 21/12/83, que concedeu o prazo de 60 dias aos funcionários da Coordenadoria da

Receita do Estado, para que protocolizassem pedido de aposentadoria, na forma que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 112, de 29/10/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 286/84

PARECER:

O ilustre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, pretende, com o presente projeto de lei, a revogação do art. 1.º da Lei n.º 7787, de 21 de dezembro de 1983.

O referido artigo concedia o prazo de 60 dias, aos funcionários ocupantes de cargo da estrutura ocupacional TAF, da Coordenação da Receita do Estado, para que protocolizassem pedido de aposentadoria.

Conforme a Justificativa do autor, o referido artigo fere preceito constitucional, tanto da nossa Carta Magna Estadual, quanto da Constituição Federal.

Neste sentido, considerando ainda o elevado alcance social da medida, entendemos por manifestar o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do já citado projeto de lei.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
ANIBAL KHURY — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 09/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 54/85), que objetiva acrescentar ao Art. 3.º da Lei n.º 6364, de 29/12/72, o parágrafo 11, conforme especifica. (Para efeitos do disposto no Inciso V deste Artigo, quando o valor tributável esteja expresso em moeda estrangeira, far-se-á sua conversão em Moeda Nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 9, de 11/03/85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 09/85

PARECER:

O projeto de lei n.º 09/85, ora em exame, objeto da Mensagem 54/85, de 04 de março do corrente, visa acrescentar ao art. 3.º da Lei n.º 6364, de 29/12/72, o parágrafo 11, com a seguinte redação:

Para os efeitos do disposto no inciso V, deste artigo, quando o valor tributável esteja expresso em moeda estrangeira, far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fator gerador da obrigação.

Trata-se de matéria cuja iniciativa é de competência exclusiva do Poder Executivo de acordo com o que dispõe o art. 47, da Constituição Estadual.

Diante do exposto, e verificada a inexistência de óbice legal, somos pela aprovação da presente proposição.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 59/85, de

autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, que concede o TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ A SENHORA RISOLETA TOLENTINO NEVES. Sem PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 31, de 25/04/85).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor João Dück Filho, ocorrido no dia 6 de maio do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho e Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 16/85, aprovado em 3ª Discussão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n.º 40/85, que dispõe sobre a dispensa da Redação Final para projetos aprovados em 3ª discussão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 20/84, que estabelece critérios para o exercício de chefias dos distritos sanitários, órgãos ligados à Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo a instalação dos cursos de odontologia e medicina na Fundação Universidade Estadual de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, encarecendo agilização do estudo de três pedidos de autorização para exploração de agência lotérica no Município de Santa Helena. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado no sentido de que se empenhe para que a escolha para reitor da Universidade Federal do Paraná, seja efetuada através de eleições diretas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando

o envio de expediente aos Senhores Presidentes do Banco Central do Brasil e BANESTADO, Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a implantação e instalação da agência do BANESTADO no Município de Altamira do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre quantos aviões foram comprados pelo atual governo estadual e o preço de cada um. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da PR-466, na altura de três placas, após o Rio Ivaí, ligando ao Município de Guaporema, e posteriormente, a Cidade Gaúcha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretária da Educação, encarecendo a ampliação das instalações da Escola Estadual 31 de Março, do Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Presidente do Senado Federal, manifestando apoio ao Projeto de Lei n.º 26/85, de autoria do Senador Alvaro Dias. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Engenheiro Chefe do Nono Distrito Rodoviário Federal do DNER, encarecendo a reposição da sinalização rodoviária no trecho que liga os Municípios de Apucarana e Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo a transferência do convênio do Hospital Santa Izabel do Município de Jaguapitã, para o Hospital Municipal Santa Branca, do Município de Florestópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado

Márcio Almeida constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro das Minas e Energia, encarecendo a revogação da Resolução n.º 9/84. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, pela presença do nosso Estado no Congresso Brasileiro de Escritores. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, manifestando apoio a decisão de iniciar estudos visando restabelecer o Fundo Especial de Informática e Automação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, encarecendo informações de qual o montante da dívida externa do Paraná quando assumiu a atual administração, considerando-se verbas já recebidas de contratos de empréstimos internacionais, quer pela administração direta, quer por empresas públicas. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, qual é o teor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento pede informações à COPEL.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas para justificar que semana passada já foi feito requerimento nesse mesmo . . .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adiada a discussão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Agricultura e da Seplan, encarecendo o fim de subsídio ao trigo, bem como alteração da lei que regula o funcionamento dos moinhos coloniais, permitindo sua reativação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Engenheiro Gilberto Garbi, pelo êxito do trabalho que vem tendo no exercício da Presidência da TELEPAR. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SE. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor João Conceição e Silva, pela posse na Delegacia Regional do Trabalho do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n.ºs 168/84 e 333/84.

2ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução n.ºs 39/85, 247/84, 286/84, 09/85 e 59/85.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n.ºs 291/84, 300/84, 325/84.

Levanta-se a sessão.